



ENERGISA S/A
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.864.214/0001-06
Praça Rui Barbosa, nº 80 (parte)
Cataguases, MG - CEP 36.770-901
www.energisa.com.br

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA A SEREM REALIZADAS EM 25 DE ABRIL DE 2012 (REAPRESENTAÇÃO)

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONSTANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DIVULGADAS EM 09 DE MARÇO DE 2012, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2011 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

1. Informar o lucro líquido do exercício:

- R\$ 212.054.242,17 em 2011.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- Dividendos de R\$ 103.484.148,48, perfazendo R\$ 0,096 por ação ordinária e preferencial ou R\$ 0,48 por Unit, tendo sido antecipados e quitados em 2 de setembro de 2011 o valor de R\$ 60.365.753,28 (R\$ 0,056 por ação ordinária e preferencial ou R\$ 0,28 por Unit). Em 4 de abril de 2012 serão pagos como dividendo complementar o montante de R\$ 43.118.395,20 (R\$ 0,04 por ação ordinária e preferencial ou R\$ 0,20 por Unit).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- 48,8%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

- Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Não aplicável.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio - Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados - R\$ 60.365.753,28 de dividendos antecipados.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos - Foram pagos em 02/09/2011 (R\$ 60.365.753,28).

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro Líquido	Lucro líquido por ação	Lucro líquido por ação ordinária	Lucro líquido por ação preferencial
2011	R\$ 212.054.242,17	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,20
2010	R\$ 194.647.783,53	R\$ 0,18	R\$ 0,18	R\$ 0,18
2009	R\$ 276.855.137,25	R\$ 0,26	R\$ 0,26	R\$ 0,26
2008 (*)	R\$ 103.696.481,01	R\$ 0,49	R\$ 0,49	R\$ 0,49

(*) Lucro por Ação antes de desdobramento de 4:1, portanto, para efeitos de comparação o lucro por ação em 2008 deve ser dividido por 5.

- b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):

Exercício	Dividendo total	Ação ordinária	Ação preferencial
2011	R\$ 103.484.148,48	R\$ 0,096	R\$ 0,096
2010	R\$ 96.438.926,52	R\$ 0,089	R\$ 0,089
2009	R\$ 123.363.052,29	R\$ 0,113	R\$ 0,113
2008 (*)	R\$ 57.436.029,97	R\$ 0,26	R\$ 0,28

(*) Dividendos por ação antes de desdobramento de 4:1, portanto, para efeitos de comparação, o dividendo por ação em 2008 deve ser dividido por 5.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 10.602.712,11

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício - R\$ 212.054.242,17

Percentual da Reserva legal - 5%

Reserva legal = R\$ 212.054.242,17 x 5% = R\$ 10.602.712,11

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos - não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

"Art.32 A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76."

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório (25%).

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não há.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia - não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências - não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar - não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias - não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção - Reserva de Lucro:

Reserva de Retenção de Lucros R\$ 97.967.381,58

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

ENERGISA S/A
Proposta da Administração para Aprovação do Orçamento de Capital
Exercício de 2012

Aplicações de Capital e Fontes de Recursos (Regime de Fluxo de Caixa)	R\$ milhões
APLICAÇÕES DE CAPITAL	514,7
1. Investimento nas operações (capex referente à holding) (*)	8,2
2. Pagamento do serviço da dívida bancária (amortização + juros)	162,4
3. Valor a pagar pelas ações da TONON	140,0
4. Capitalização de projetos de geração de energia elétrica (PCH Zé Tunin, EOL RN e COGEN TONON)	161,0
5. Pagamento de dividendos complementares (competência: exercício 2011)	43,1
FONTES DE RECURSOS	514,7
1. Geração operacional de caixa após impostos	68,2
2. Dividendos complementares a receber de controladas (competência: exercício 2011)	86,5
3. Captação de R\$ 200 milhões em Debêntures	200,0
4. Recebimento de empréstimos concedidos à controladas	18,4
5. Utilização de recursos disponíveis em caixa (redução do capital circulante líquido) (**)	141,6
5.1. Reserva de Retenção de Lucros	98,0
5.2. Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	43,6

* Referente a holding somente, não incluindo investimentos realizados diretamente pelas subsidiárias.

** Saldo de caixa e equivalentes existente em 31/12/2011 = R\$ 377,8 milhões.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais - não aplicável.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:
<p>A política de remuneração da Companhia para os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária está baseada nas seguintes premissas:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.▪ Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.▪ Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.▪ Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

b) Composição da Remuneração:
<p>i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:</p> <p>A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária da Companhia é composta pelos elementos abaixo descritos, os quais possuem os seguintes objetivos:</p> <p>(a) <u>Remuneração Fixa Anual:</u></p> <p><u>Salário/Honorários:</u> Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do "mercado Hay". O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.</p> <p><u>Benefícios Diretos e Indiretos:</u> Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde previdência privada e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.</p> <p>(b) <u>Remuneração Variável:</u></p> <p><u>Participação nos resultados (PLR):</u> Valor pago em função do cumprimento das metas estabelecidas por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.</p> <p>Atualmente, o Conselho Fiscal da companhia não se encontra instalado.</p> <p>A Companhia remunera os membros do Comitê de Auditoria e Riscos, estando os valores inseridos no item 13.2.</p> <p>Os membros do Comitê de Remuneração e Sucessão não são remunerados.</p>

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Em média, a proporção de cada elemento da remuneração total é de:

Orgão	Honorários	PLR	Benefícios	Total
Conselho de Administração	83%	16%	1%	100%
Diretoria Executiva	58%	37%	5%	100%
Comitê de Auditoria e Riscos	100%	0%	0%	100%
Comitê de Remuneração e Sucessão	0%	0%	0%	0%

iii) Metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é definido em assembleia geral de acionistas da Companhia e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria Hay do Brasil Consultores Ltda., do Hay Group

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados, quais sejam, financeira, de clientes, processos internos, colaboradores e de melhoria contínua.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Os valores da PLR são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard* ("BSC"), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do "mercado Hay". Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do "mercado Hay" e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Os Conselheiros e Diretores corporativos possuem seus honorários rateados entre as empresas do grupo. Para definição do rateio dos honorários levou-se em consideração o faturamento de cada empresa do Grupo Energisa.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor:
Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos últimos 3 exercícios não houve o pagamento simultâneo de Bônus e PLR, por este motivo não há previsão deste valor quanto ao bônus, estando toda a Remuneração Variável informada como PLR.

2009

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	4	N/A	10
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	81.389,65	60.612,14		142.001,79
. Salário ou pró-labore	78.470,48	51.918,92		130.389,40
. Benefícios diretos e indiretos	2.919,17	8.693,22		11.612,39
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
ii. Remuneração Variável	60.979,95	43.636,46		104.616,41
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	60.979,95	43.636,46		104.616,41
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego	N/A	N/A		0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	142.369,60	104.248,60		246.618,20

Notas:

(1): O Conselho de Administração é formado por 7 membros, sendo que um deles só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo.

(2) A Diretoria Estatutária é formada por 5 membros, sendo que um deles não recebe honorários, pois já é remunerado como membro do Conselho de Administração.

2010

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	4	N/A	10
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	150.986,59	70.231,49		221.218,08
. Salário ou pró-labore	95.043,75	63.095,86		158.139,61
. Benefícios diretos e indiretos	1.942,84	7.135,63		9.078,47
. Remuneração por participação em comitês	54.000,00	N/A		54.000,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
ii. Remuneração Variável	41.776,33	40.506,73		82.283,06
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	41.776,33	40.506,73		82.283,06
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego	N/A	N/A		0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	192.762,92	110.738,22		303.501,14

Notas:

(1): O Conselho de Administração é formado por 7 membros, sendo que um deles só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo.

(2) A Diretoria Estatutária é formada por 5 membros, sendo que um deles não recebe honorários, pois já é remunerado como membro do Conselho de Administração.

2011

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	4	N/A	10
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	202.176,89	74.013,32		276.190,21
. Salário ou pró-labore	92.100,44	68.590,84		160.691,28
. Benefícios diretos e indiretos	2.076,45	5.422,48		7.498,93
. Remuneração por participação em comitês	108.000,00	N/A		108.000,00
. Outros				0,00
ii. Remuneração Variável	38.686,09	43.961,47		82.647,56
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	38.686,09	43.961,47		82.647,56
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego	N/A	N/A		0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	240.862,98	117.974,79		358.837,77

Notas:

(1): O Conselho de Administração é formado por 7 membros, sendo que um deles só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo.

(2) A Diretoria Estatutária é formada por 5 membros, sendo que um deles não recebe honorários, pois já é remunerado como membro do Conselho de Administração.

2012 (a ser aprovado em Assembleia de Acionistas da Companhia)

	a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		6	4	N/A	10
c. Remuneração Segregada em:					
i. Remuneração Fixa Anual		260.152,56	646.576,58		906.729,14
. Salário ou pró-labore		140.624,96	635.971,08		776.596,04
. Benefícios diretos e indiretos		2.887,59	10.605,50		13.493,10
. Remuneração por participação em comitês		116.640,00	N/A		116.640,00
. Outros		N/A	N/A		0,00
ii. Remuneração Variável		60.353,51	68.412,22		128.765,73
. Bônus		-	-		0,00
. Participação nos resultados		60.353,51	68.412,22		128.765,73
. Remuneração por participação em reunião		N/A	N/A		0,00
. Comissões		N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego		N/A	N/A		0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo		N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral		320.506,07	714.988,80		1.035.494,87

Notas:

(1): O Conselho de Administração é formado por 7 membros, sendo que um deles só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo.

(2) A Diretoria Estatutária é formada por 5 membros sendo que um deles não recebe honorários, pois já é remunerado como membro do Conselho de Administração.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos últimos 3 exercícios não houve o pagamento simultâneo de Bônus e PLR, por este motivo não há previsão deste valor quanto ao bônus, estando toda a Remuneração Variável informada como PLR.

2009

	a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		6	4	-	10
c. Bônus					
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado		-	-	-	0,00
d. PLR					
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração		60.979,95	43.636,46	-	104.616,41
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado		60.979,95	43.636,46	-	104.616,41

2010

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	4	-	10
c. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
d. PLR				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	41.776,33	40.506,73	-	82.283,06
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	41.776,33	40.506,73	-	82.283,06

2011

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	4	-	10
c. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
d. PLR				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	43.643,75	48.621,28	-	92.265,03
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	38.686,09	43.961,47	-	82.647,56

2012 (a ser aprovada em Assembleia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	4	-	10
c. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	-	0,00
d. PLR				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	60.353,51	68.412,22	-	128.765,73
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado			-	

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.5 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Conselho de Administração:

Posição acionária na Companhia de cada membro do Conselho de Administração, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2011:

Nomes	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	2.134.995	635.380	2.770.375	0,25%
Ricardo Perez Botelho (E)	255	1.020	1.275	0,00%
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	50	-	50	0,00%
Marcílio Marques Moreira	50	-	50	0,00%
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	50	-	50	0,00%
André La Saigne de Botton (S)	5	-	5	0,00%
Pedro Boardman Carneiro (S)	1	-	1	0,00%
Total	2.135.406	636.400	2.771.806	0,25%

Diretoria:

Posição acionária na Companhia de cada diretor em 31 de dezembro de 2011

Nomes	Cargo	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Ricardo Perez Botelho	Diretor Presidente	255	1.020	1.275	0,00
Maurício Perez Botelho	Diretor Financeiro e Relações com Investidores	86.256	343.774	430.030	0,04%
Danilo de Souza Dias	Diretor de Regulação e Estratégia	-	-	-	-
José Marcelo Gonçalves Reis	Diretor de Suprimentos e Logística	-	-	-	-
Antônio José Maciel de Medina	Diretor de Gestão de Pessoal	-	-	-	-
Total	-	86.511	344.794	431.305	0,04%

Posição acionária na Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2011:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Pedro Boardman Carneiro (S)	1	-	1	0,00
Total	7	-	7	0,00

Posição acionária na Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2011:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Sérgio Alves de Souza	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Pedro Boardman Carneiro (S)	1	-	1	0,00
Total	8	-	8	0,00

Posição acionária na Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2011:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Marcelo Silveira da Rocha	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Pedro Boardman Carneiro (S)	1	-	1	0,00
Total	8	-	8	0,00

Posição acionária na Energisa Paraíba- Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2011:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Marcelo Silveira da Rocha	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Pedro Boardman Carneiro (S)	1	-	1	0,00
Total	8	-	8	0,00

13.6 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.9 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número de membros	6	4
c. Nome do Plano	Plano Energisa de Complementação de Aposentadoria	
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 55 anos de idade . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Ter no mínimo 5 anos de vinculação ao plano . Término do vínculo empregatício com a patrocinadora . Estar elegível a um benefício de aposentadoria pela previdência oficial 	
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 27.742,43	R\$ 93.078,01
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.076,45	R\$ 5.422,48
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, com as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Término do vínculo empregatício . O valor a ser resgatado referente a parte da patrocinadora é proporcional ao seu tempo de serviço 	

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2009	6	86.499,97	10.239,16	23.728,26
2010	6	53.568,20	12.337,60	32.127,15
2011	6	53.378,54	12.994,96	40.143,83

Nota:

(1): O Conselho de Administração é formado por 7 membros, sendo que um deles só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo. Como nos exercícios em tela não ocorreu nenhum pagamento de honorários para este Conselheiro, o mesmo foi desconsiderado do cálculo acima.

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2009	4	43.087,94	9.784,57	26.062,15
2010	4	43.710,68	13.066,51	27.684,55
2011	4	46.467,94	14.145,52	29.493,69

Nota:

(1): A Diretoria Estatutária é formada por 5 membros sendo que um deles não recebe honorários, pois já é remunerado como membro do Conselho de Administração, portanto não fazendo parte do cálculo acima.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2009	2010	2011
Conselho de Administração	23%	22%	19%
Diretoria Estatutária	37%	40%	39%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

2009

	Energisa Paraíba				Energisa Borborema			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	843.321,84	757.500,43		1.600.822,27	210.053,08	229.142,36		439.195,44
. Salário ou pró-labore	843.321,84	757.500,43		1.600.822,27	210.053,08	229.142,36		439.195,44
. Benefícios diretos e indiretos	22.248,00	66.246,22		88.494,22	5.174,00	15.406,09		20.580,09
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
ii. Remuneração Variável	874.045,92	625.729,46		1.499.775,38	203.266,49	145.518,41		348.784,90
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	874.045,92	625.729,46		1.499.775,38	203.266,49	145.518,41		348.784,90
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)				0,00				0,00
Total da remuneração	1.717.367,76	1.383.229,89		3.100.597,65	413.319,57	374.660,77		787.980,34

	Energisa Minas Gerais				Energisa Nova Friburgo			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	286.058,60	253.288,04		539.346,64		145.817,60		145.817,60
. Salário ou pró-labore	286.058,60	253.288,04		539.346,64		145.817,60		145.817,60
. Benefícios diretos e indiretos	116.769,93	142.241,55		259.011,48		12.324,89		12.324,89
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
ii. Remuneração Variável	325.226,38	232.810,43		558.036,81		116.414,76		116.414,76
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	325.226,38	232.810,43		558.036,81		116.414,76		116.414,76
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)				0,00				0,00
Total da remuneração	611.284,98	486.098,47		1.097.383,45		262.232,36		262.232,36

	Energisa Sergipe				Total das Empresas			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	332.268,16	171.078,33		503.346,49	1.826.241,61	1.823.857,51		3.650.099,12
. Salário ou pró-labore	332.268,16	171.078,33		503.346,49	1.671.701,68	1.556.826,76		3.228.528,44
. Benefícios diretos e indiretos	10.348,00	30.812,00		41.160,00	154.539,93	267.030,75		421.570,68
. Remuneração por participação em comitês				0,00	0,00	0,00		0,00
. Outros				0,00	0,00	0,00		0,00
ii. Remuneração Variável	406.532,98	232.207,07		638.740,05	1.809.071,77	1.352.680,13		3.161.751,90
. Bônus				0,00	0,00	0,00		0,00
. Participação nos resultados	406.532,98	232.207,07		638.740,05	1.809.071,77	1.352.680,13		3.161.751,90
. Remuneração por participação em reunião				0,00	0,00	0,00		0,00
. Comissões				0,00	0,00	0,00		0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)				0,00	0,00	0,00		0,00
Total da remuneração	738.801,14	403.285,40		1.142.086,54	3.480.773,45	2.909.506,89		6.811.851,02

2010

	Energisa Paraíba				Energisa Borborema			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	961.723,16	922.685,44		1.884.408,60	217.834,68	214.578,12		432.412,80
. Salário ou pró-labore	961.723,16	922.685,44		1.884.408,60	217.834,68	214.578,12		432.412,80
. Benefícios diretos e indiretos	33.791,06	127.273,35		161.064,41	7.256,70	18.091,80		25.348,50
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
ii. Remuneração Variável	830.778,35	926.696,31		1.757.474,66	139.309,42	148.050,27		287.359,69
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	627.915,65	636.616,18		1.264.531,83	139.309,42	148.050,27		287.359,69
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)	202.862,70	290.080,13		492.942,83				0,00
Total da remuneração	1.792.501,51	1.849.381,75		3.641.883,26	357.144,10	362.628,39		719.772,49

	Energisa Minas Gerais				Energisa Nova Friburgo			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	348.434,80	343.324,84		691.759,64		171.662,44		171.662,44
. Salário ou pró-labore	348.434,80	343.324,84		691.759,64		171.662,44		171.662,44
. Benefícios diretos e indiretos	47.492,90	167.865,59		215.358,49		14.473,44		14.473,44
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
ii. Remuneração Variável	222.862,08	236.880,44		459.742,52		118.440,22		118.440,22
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	222.862,08	236.880,44		459.742,52		118.440,22		118.440,22
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)				0,00				0,00
Total da remuneração	571.296,88	580.205,28		1.151.502,16		290.102,66		290.102,66

	Energisa Sergipe				Total das Empresas			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	448.994,04	429.155,92		878.149,96	2.080.037,34	2.446.583,17	-	4.526.620,51
. Salário ou pró-labore	448.994,04	429.155,92		878.149,96	1.976.986,88	2.081.406,76	-	4.058.393,44
. Benefícios diretos e indiretos	14.510,00	37.472,23		51.982,23	103.050,66	365.176,41	-	468.227,07
. Remuneração por participação em comitês				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Outros				0,00	0,00	0,00	-	0,00
ii. Remuneração Variável	278.620,00	296.100,55		574.720,55	1.471.569,85	1.726.167,79	-	3.197.737,64
. Bônus				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Participação nos resultados	278.620,00	296.100,55		574.720,55	1.268.707,15	1.436.087,66	-	2.704.794,81
. Remuneração por participação em reunião				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Comissões				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)				0,00	202.862,70	290.080,13	-	492.942,83
Total da remuneração	727.614,04	725.256,47		1.452.870,51	3.448.556,53	3.807.574,55	-	7.724.358,15

2011

	Energisa Paraíba				Energisa Borborema			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	1.047.980,03	1.043.278,62		2.091.258,65	224.680,44	228.636,48		453.316,92
. Salário ou pró-labore	1.047.980,03	1.043.278,62		2.091.258,65	224.680,44	228.636,48		453.316,92
. Benefícios diretos e indiretos	34.148,13	182.541,35		216.689,48	7.129,06	18.554,95		25.684,01
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
ii. Remuneração Variável	657.732,23	701.810,49		1.359.542,72	145.534,18	162.070,91		307.605,09
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	657.732,23	701.810,49		1.359.542,72	145.534,18	162.070,91		307.605,09
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
Total da remuneração	1.705.712,26	1.745.089,11		3.450.801,37	370.214,62	390.707,39		760.922,01

	Energisa Minas Gerais				Energisa Nova Friburgo			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	359.370,72	365.818,24		725.188,96		182.909,16		182.909,16
. Salário ou pró-labore	359.370,72	365.818,24		725.188,96		182.909,16		182.909,16
. Benefícios diretos e indiretos	52.394,02	155.367,04		207.761,06		14.460,04		14.460,04
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
ii. Remuneração Variável	245.432,09	259.313,47		504.745,56		112.075,64		112.075,64
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	245.432,09	259.313,47		504.745,56		112.075,64		112.075,64
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
Total da remuneração	604.802,81	625.131,71		1.229.934,52		294.984,80		294.984,80

	Energisa Sergipe				Total das Empresas			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	463.395,44	457.272,88		920.668,32	2.202.640,62	2.685.985,59	-	4.888.626,21
. Salário ou pró-labore	463.395,44	457.272,88		920.668,32	2.095.426,63	2.277.915,38	-	4.373.342,01
. Benefícios diretos e indiretos	13.542,78	37.146,83		50.689,61	107.213,99	408.070,21	-	515.284,20
. Remuneração por participação em comitês				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Outros				0,00	0,00	0,00	-	0,00
ii. Remuneração Variável	291.068,35	319.236,35		610.304,70	1.339.766,85	1.554.506,86	-	2.894.273,71
. Bônus				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Participação nos resultados	291.068,35	319.236,35		610.304,70	1.339.766,85	1.554.506,86	-	2.894.273,71
. Remuneração por participação em reunião				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Comissões				0,00	0,00	0,00	-	0,00
. Outros				0,00	0,00	0,00	-	0,00
Total da remuneração	754.463,79	776.509,23		1.530.973,02	3.435.193,48	3.832.422,24	-	7.782.899,92

Os valores acima se referem ao rateio da remuneração dos administradores estatutários da Emissora nas demais empresas do Grupo Energisa.

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO ARTIGO 14 E NO ANEXO 14, AMBOS DA IN CVM 481 /09 - PARA AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA MEDIANTE A CAPITALIZAÇÃO DE PARTE DA RESERVA "RETENÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS ORIGINADOS POR MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS.

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

Valor do aumento: R\$ 60.000.000,00

Novo capital social: R\$ 660.000.000,00

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

Mediante a capitalização de parte da reserva "retenção de lucros acumulados originados por mudança de prática contábil".

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas conseqüências jurídicas e econômicas.

Razões: Cumprimento do art. 199 da Lei das S.A.

Conseqüência jurídica: Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequação ao valor do novo capital social.

Conseqüências econômicas: Nenhuma.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Não aplicável

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

Não aplicável

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas.

As ações da Companhia não têm Valor Nominal.

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal.

A capitalização será efetivada sem modificação do número de ações.

- c. Em caso de distribuição de novas ações

Não aplicável

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por

exercício de bônus de subscrição

Não aplicável

- a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Em resumo:

A administração da Energisa S/A (“Companhia”), no exercício de suas funções, vem apresentar aos acionistas da Companhia proposta relativa ao aumento do capital social para R\$ 660.000.000,00, com capitalização de R\$ 60.000.000,00 da reserva de lucros - lucros acumulados por mudança de prática contábil -, sem emissão de ações. Conseqüentemente, a Administração da Companhia propõe a alteração do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a ter a seguinte redação:

“Art.4º - O capital social é de R\$ 660.000.000,00 (seiscentos e sessenta milhões de reais), dividido em 522.604.096 (quinhentas e vinte e dois milhões, seiscentos e quatro mil e noventa e seis) ações ordinárias e 577.253.459 (quinhentos e setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.”

Em razão desta alteração, consolidar o Estatuto Social da Companhia que passa a ter a seguinte redação:

“ESTATUTO SOCIAL DE ENERGISA S/A
CNPJ/MF n.º 00.864.214/0001-06
NIRE: 31.3.000.2503-9

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1.º ENERGISA S/A é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes e tem sua sede e foro na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências de representação, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Art. 2.º Os fins da Companhia são:

I - participar de outras empresas, especialmente naquelas que tenham como objetivos principais:

a) a atuação no setor de energia de qualquer tipo, e para suas diferentes aplicações, seja gerando, transmitindo, comercializando, intermediando, ou distribuindo ou, ainda, operando ou gerenciando para terceiros usinas produtoras, linhas de transmissão e redes de distribuição e quaisquer empreendimentos do setor energético;

b) a realização de estudos, a elaboração, implantação ou operação de projetos, bem como a atuação em construções e a prestação de serviços, relativamente a usinas, linhas ou redes ou empreendimentos do setor energético;

c) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de peças, produtos e materiais relativos às atividades da letra "a" supra e de setores de grande utilização de energia;

II - o estudo, o planejamento e a organização de empresas de que pretenda participar;

III - a administração, locação, arrendamento, subarrendamento de bens, dos quais possui seu legítimo domínio ou propriedade; e

IV - a intermediação e operacionalização de negócios no país e no exterior, bem como a prestação de serviços de assistência, consultoria e assessoria administrativa, técnica, financeira, de planejamento, de negócios e de mercado, inclusive para importação e exportação de bens e serviços, seja a terceiros, seja às empresas em que participar, direta ou indiretamente, fornecendo-lhes apoio técnico e tático.

Art. 3.º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art.4º O capital social é de R\$ 660.000.000,00 (seiscentos e sessenta milhões de reais), dividido em 522.604.096 (quinhentas e vinte e dois milhões, seiscentos e quatro mil e noventa e seis) ações ordinárias e 577.253.459 (quinhentos e setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo único - As ações preferenciais de emissão da Companhia possuem as seguintes características:

I - sem direito a voto;

II - prioridade no caso de reembolso do capital sem prêmio;

III - direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Art. 5.º Observado que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, a Companhia fica desde já autorizada:

I - a aumentar o número das ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais de qualquer classe então existente;

II - a aumentar o número das ações preferenciais de qualquer classe sem guardar proporção com as demais classes então existentes ou com as ações ordinárias;

III - a criar quaisquer ações preferenciais de qualquer classe e, daí em diante, a criar ações preferenciais mais favorecidas ou não que as então existentes.

Parágrafo único. No caso de emissão de ações preferenciais de classe diversa da indicada no parágrafo único, do art. 4º acima, as quais seja atribuída prioridade no recebimento de dividendos, fixos ou mínimos, tais ações preferenciais adquirirão o exercício do direito a voto se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

Art. 6.º Independentemente de modificação estatutária e observado o disposto no artigo anterior, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por subscrição, até o limite de 3.000.000.000 (três bilhões) de ações, sendo até 1.626.300.000 (um bilhão, seiscentos e vinte e seis milhões, trezentas mil ações) ações ordinárias e em até 1.373.700.000 (um bilhão, trezentos e setenta e três milhões, setecentas mil ações) ações preferenciais.

Art. 7.º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberação sobre a emissão de ações, estabelecendo:

I - se o aumento será mediante subscrição pública ou particular;

II - as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e as prestações de integralização;

III - as características das ações a serem emitidas (quantidade, espécie, classe, forma, vantagens, restrições e direitos);

IV - o preço de emissão das ações.

Art. 8.º Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

Art. 9.º Quando houver direito de preferência dos antigos acionistas, o prazo para seu exercício, se não se estipular outro maior, será de 30 (trinta) dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer:

I - primeira publicação da ata ou do extrato da ata que contiver a deliberação de aumento de capital; ou

II - primeira publicação de específico aviso aos acionistas, quando este for feito pela administração.

Art. 10. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações de qualquer espécie, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou, ainda, mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Fica também excluído o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

Art. 11. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá passar a manter suas ações nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do art. 35 da Lei nº 6.404/76

Art. 12. O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (hum por cento) ao mês, da correção monetária e da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor daquelas prestações ou entradas.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1.º A mesa da Assembleia Geral será composta de um presidente e um secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembleia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões.

§ 2.º Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias Gerais, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 horas antes da reunião.

§ 3.º Quinze dias antes da data das Assembleias Gerais, ficarão suspensos os serviços de transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Art. 15. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) membros titulares e até 5 (cinco) suplentes, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

§ 1.º Cada suplente só poderá substituir os respectivos conselheiros titulares, admitindo-se a designação de um ou mais suplentes para um ou para vários titulares, servindo um suplente na falta de outro, tudo conforme expressa deliberação da Assembleia Geral em que ocorrer sua eleição.

§ 2.º Os conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração na primeira reunião do órgão, após sua posse.

§ 3.º O conselheiro titular, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo respectivo suplente.

§ 4.º No caso de vacância do cargo de conselheiro titular, o respectivo suplente o substituirá até a posse de um novo conselheiro titular eleito pela Assembleia Geral para o cargo vacante.

§ 5.º No caso de vacância do cargo de Conselheiro, inexistindo suplente para o preenchimento de tal vaga, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

§ 6.º Admitir-se-á a existência de até 3 (três) vagas nos cargos de suplentes.

Art. 17. Além das atribuições que lhe são conferidas por lei e por este Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II - eleger e destituir os diretores da Companhia;

III - fixar as atribuições dos diretores, observadas as normas deste Estatuto e as fixadas pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria;

IV - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - convocar as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;

VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

VII - aprovar o orçamento anual da Companhia;

VIII - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, observados, neste último caso os limites legais;

IX - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

X - autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, em consórcios, "joint ventures", subsidiárias integrais, sociedades em conta de participação e em outras formas de associação e empreendimentos com terceiros, no país ou no exterior;

XI - autorizar a alienação das participações mencionadas na alínea imediatamente anterior, desde que exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria;

XII - definir, para a Diretoria, como serão exercidos os respectivos direitos que decorrem da posição de Companhia como sócia ou participante;

XIII - autorizar a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos ou transigir, bem como a prestar fiança em processos fiscais, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XIV - autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e, neste último caso, deliberar sobre sua eventual alienação;

XV - autorizar a prática de atos que importem na constituição de ônus reais ou na alienação referentes a bens do seu ativo permanente, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVI - autorizar a prática de quaisquer atos que importem em obrigação para a Companhia ou na liberação de terceiros de obrigações para com a mesma, observadas as normas e/ou limites fixados pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVII - autorizar a realização de contratos com os administradores, acionistas controladores ou com sociedade em que os administradores ou acionistas controladores tenham interesse, exceto com as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

XVIII - deliberar sobre a outorga de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

XIX - deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, observadas as formalidades legais;

XX - escolher e destituir os auditores independentes;

XXI - autorizar a assinatura de mútuo, nota ou outro instrumento de dívida, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXII - autorizar a prática de atos gratuitos, a concessão de fiança ou garantia a obrigação de terceiro ou a assunção de obrigação em benefício exclusivo de terceiros, por parte da Companhia, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXIII - fixar as regras para a emissão e cancelamento de certificados de depósito de ações ("Units"); e

XXIV - resolver sobre os casos omissos neste Estatuto.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

§ 1.º As convocações serão feitas por seu Presidente, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2.º As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 3.º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes.

§ 4.º Os conselheiros poderão se fazer representar por um de seus pares, munidos de poderes expressos, inclusive para votar, bem como participar das reuniões por vídeo ou teleconferência, desde que presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, fac-símile ou correio eletrônico antes do término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho de Administração ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome desse conselheiro.

Art. 19. Além de suas atribuições como conselheiro, são atribuições específicas do presidente do Conselho de Administração:

I - convocar as reuniões ordinárias (ou fixar as datas em que periodicamente estas ocorrerão) e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;

II - instalar e presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho de Administração;

III - comunicar à Diretoria, aos acionistas e à Assembleia Geral, quando for o caso, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração;

IV - firmar as deliberações do Conselho de Administração que devam ser expressas em resoluções, para conhecimento ou cumprimento dos diretores e do próprio Conselho de Administração;

V - dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto.

Art. 20. Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante suas ausências ou impedimentos temporários. No caso de vaga, terá as atribuições do Presidente, até que outro seja eleito pela primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

SEÇÃO II DIRETORIA

Art. 21. A Diretoria será composta de até 5 (cinco) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

§ 1.º Admitir-se-á a existência de até 3 (três) cargos vagos na Diretoria, podendo o Conselho de Administração determinar o exercício cumulativo, por um, das atribuições de outro diretor.

§ 2.º No caso de vaga na Diretoria além das permitidas no § 1.º, o Conselho de Administração, no período de 30 (trinta) dias a contar da vacância, elegerá um novo diretor para completar o mandato do substituído.

§ 3.º O Conselho de Administração estabelecerá a composição da Diretoria, bem como fixará as atribuições de cada um de seus membros, nomeando dentre eles um diretor-presidente ao qual competirá, privativamente, representar a Companhia, em juízo, ativa ou passivamente, recebendo citação inicial.

§ 4.º O Conselho de Administração também designará, entre os diretores, aquele incumbido das funções de diretor de relações com o mercado, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como cuidar do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

§ 5.º Na ausência ou impedimento de qualquer dos diretores, suas atribuições serão exercidas pelo diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V CONSELHO CONSULTIVO

Art. 22. A Companhia poderá ter um Conselho Consultivo composto de até 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e com mandato pelo prazo de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho de Administração, ao eleger os membros do Conselho Consultivo, fixará os seus honorários.

Art. 23. Os conselheiros elegerão o presidente do Conselho Consultivo.

Art. 24. Competirá ao conselho consultivo, sempre reservadamente:

I - aconselhar a administração na orientação superior dos negócios sociais;

II - pronunciar-se sobre assuntos ou negócios da Companhia que lhe forem submetidos a exame; e

III - transmitir ao Conselho de Administração informações e dados técnicos, econômicos, industriais ou comerciais concernentes aos objetivos sociais da Companhia e das sociedades em que esta participar, apresentando sugestões e recomendações.

Art. 25. O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado por seu presidente ou pelo Conselho de Administração, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com a antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões do Conselho Consultivo se instalarão com a presença da maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Art. 26. A Companhia terá um conselho fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, o qual só entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração.

Art. 27. Os conselheiros fiscais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes.

§ 1.º Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros.

§ 2.º Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão realizada após sua instalação.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 28. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29. As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto.

Parágrafo único. A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores.

Art. 30. Satisfeitos os requisitos e limites legais, os administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% (dez por cento) sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O Conselho de Administração decidirá sobre a distribuição desta quota entre conselheiros e diretores.

Art. 31. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193, da Lei nº 6.404/76.

Art. 32. A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

Art. 33. Poderão ser pagos ou creditados, pela Companhia, juros sobre o capital próprio, imputando-se o respectivo valor ao dos dividendos obrigatórios previstos no

art. 32 supra, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e suas modificações havidas ou que venham a ocorrer.

Art. 34. Após as destinações mencionadas nos artigos anteriores, o saldo do lucro líquido será levado à conta de uma reserva, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital, para renovação e ampliação de instalações e para investimentos, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das atividades sociais, ou terá outra destinação que, pela Assembleia Geral, lhe for dada.

CAPÍTULO VIII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 35. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

CAPÍTULO IX EMISSÃO DE UNITS E CONVERSÃO DE AÇÕES

Art. 36. A administração da Companhia poderá contratar instituição financeira para emitir, por solicitação dos acionistas que assim desejarem, nos prazos definidos pelo Conselho de Administração, certificados de depósito de ações (doravante designados como "Units" ou individualmente como "Unit"), sendo que cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia, referentes às ações mantidas em depósito.

§ 1.º Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

§ 2.º A partir da emissão das Units, as ações depositadas ficarão registradas em conta de depósito vinculada às Units, aberta em nome do titular das ações perante a instituição financeira depositária.

Art. 37. As Units terão forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units correspondentes, nos registros da instituição financeira depositária.

§ 1.º Exceto nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º deste artigo, o titular das Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas.

§ 2.º O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento das Units prevista no § 1º deste artigo.

§ 3.º As Units que tenham ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Art. 38. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações depositadas.

§ 1.º Competirá exclusivamente ao titular das Units o direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, devendo depositar na Companhia, antes da realização de cada Assembleia Geral, comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações.

§ 2.º Na hipótese de desdobramento, grupamento de ações ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

I - Na hipótese de alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia, em virtude de desdobramento de ações ou de emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

II - Na hipótese de alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia em virtude de grupamento de ações, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

§ 3.º Na hipótese de aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido o direito de preferência aos acionistas da Companhia, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

I - Caso o aumento de capital seja realizado mediante emissão de ações ordinárias e preferenciais da Companhia passíveis de constituírem novas Units, os titulares das Units poderão exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas Units, sendo que:

(a) se o acionista subscrever novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia, serão emitidas a seu favor novas Units correspondentes às ações por ele subscritas, salvo manifestação em contrário por parte do acionista; e

(b) o acionista poderá subscrever ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia sem a emissão de Units, ou apenas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia, devendo comunicar tal intenção no boletim de subscrição de ações.

II - Caso somente seja efetuada a emissão de ações ordinárias ou de ações preferenciais, o titular das Units poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas Units, sendo que, neste caso, não poderá ser solicitada a emissão de novas Units.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 39. Os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.

§ 1º. A conversão mencionada no caput deste artigo observará as seguintes condições:

I - Para cada grupo de 5 (cinco) ações preferenciais de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter 1 (uma) ação preferencial em 1 (uma) ação ordinária;

II - Para cada grupo de 5 (cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter 4 (quatro) ações ordinárias em 4 (quatro) ações preferenciais.

§ 2º. Competirá ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer os termos, prazos e condições para o exercício do direito de conversão previsto neste artigo, podendo praticar todos os atos necessários à sua implementação.”

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 25 DE ABRIL DE 2012

Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:

Nome: Ivan Müller Botelho

Idade: 77 anos

Órgão da Administração: Conselho de Administração

Data de eleição: 25/04/2012

Prazo do Mandato: 2 anos

CPF: 002.991.386-15

Profissão: Engenheiro Eletricista

Cargo Eletivo Ocupado: Presidente do Conselho de Administração

Data de Posse: 25/04/2012

Indicado pelo Controlador: Sim

Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão

Nome: Antônio José de Almeida Carneiro

Idade: 69 anos

Órgão da Administração: Conselho de Administração

Data de eleição: 25/04/2012

Prazo do Mandato: 2 anos

CPF: 028.600.667-72

Profissão: Empresário

Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo)

Data de Posse: 25/04/2012

Indicado pelo Controlador: Não

Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão

Nome: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho

Idade: 65 anos

Órgão da Administração: Conselho de Administração

Data de eleição: 25/04/2012

Prazo do Mandato: 2 anos

CPF: 832.328.697-34

Profissão: Economista

Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de Posse: 25/04/2012

Indicado pelo Controlador: Sim

Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e de Auditoria e Riscos

Nome: Marcílio Marques Moreira
Idade: 80 anos
Órgão da Administração: Conselho de Administração
Data de eleição: 25/04/2012
Prazo do Mandato: 2 anos
CPF: 006.953.867-00
Profissão: Bacharel em Direito
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)
Data de Posse: 25/04/2012
Indicado pelo Controlador: Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Nome: Ricardo Perez Botelho
Idade: 52 anos
Órgão da Administração: Conselho de Administração
Data de eleição: 25/04/2012
Prazo do Mandato: 2 anos
CPF: 737.738.027-91
Profissão: Engenheiro Eletrônico
Cargo Eletivo Ocupado: Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Executivo)
Data de Posse: 25/04/2012
Indicado pelo Controlador: Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Nenhum

Nome: André La Saigne de Botton
Idade: 75 anos
Órgão da Administração: Conselho de Administração
Data de eleição: 25/04/2012
Prazo do Mandato: 2 anos
CPF: 002.843.357-20
Profissão: Engenheiro Eletrônico
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Suplente do Conselho de Administração (Conselheiro Suplente Independente)
Data de Posse: 25/04/2012
Indicado pelo Controlador: Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Nome: Pedro Boardman Carneiro
Idade: 25 anos
Órgão da Administração: Conselho de Administração
Data de eleição: 25/04/2012
Prazo do Mandato: 2 anos
CPF: 115.816.367-33
Profissão: Engenheiro de Produção
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Suplente do Conselho de Administração (Conselheiro Suplente Não Executivo)
Data de Posse: 25/04/2012
Indicado pelo Controlador: Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Nenhum

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Nome: Ivan Müller Botelho
Idade: 77 anos
Comitê: Comitê de Remuneração e Sucessão
Data de eleição: 28/04/2011
Prazo do Mandato: 1 ano
CPF: 002.991.386-15
Profissão: Engenheiro Eletricista
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo
Data de Posse: 28/04/2011
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Presidente do Conselho de Administração.

Nome: Antônio José de Almeida Carneiro
Idade: 69 anos
Comitê: Comitê de Remuneração e Sucessão
Data de eleição: 28/04/2011
Prazo do Mandato: 1 ano
CPF: 028.600.667-72
Profissão: Empresário
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo
Data de Posse: 28/04/2011
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Conselho de Administração.

Nome: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho
Idade: 65 anos
Comitê: Comitê de Remuneração e Sucessão e Comitê de Auditoria e Riscos
Data de eleição: 28/04/2011
Prazo do Mandato: 1 ano
CPF: 832.328.697-34
Profissão: Economista
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo
Data de Posse: 28/04/2011
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Conselho de Administração.

Nome: Marcílio Marques Moreira
Idade: 80 anos
Comitê: Comitê de Auditoria e Riscos
Data de eleição: 28/04/2011
Prazo do Mandato: 1 ano
CPF: 006.953.867-00
Profissão: Bacharel em Direito
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo
Data de Posse: 28/04/2011
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro do Conselho de Administração.

Nome: André La Saigne de Botton
Idade: 75 anos
Órgão da Administração: Comitê de Auditoria e Riscos
Data de eleição: 28/04/2011
Prazo do Mandato: 1 ano
CPF: 002.843.357-20
Profissão: Engenheiro Eletrônico
Cargo Eletivo Ocupado: Membro Efetivo
Data de Posse: 28/04/2011
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Membro Suplente do Conselho de Administração.

12.8. Currículo e experiência profissional

Ivan Muller Botelho (Conselheiro Não Executivo)

Membro atual do Conselho de Energia da ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro desde 2010; Membro atual do Grupo dos 50, Washington DC USA desde 2000; Membro atual do CEAL - Conselho dos Empresários da América Latina; Membro atual do WPO - World President Organization; Membro atual da Academia de Engenharia; Presidente do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S/A (desde 1997); Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (desde 1990), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (desde 1997) e da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (desde 2007); Presidente do Conselho de Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (desde 1999).

Antonio José de Almeida Carneiro (Conselheiro Não Executivo)

Diretor das empresas Multiplic Empreendimentos e Comércio Ltda desde 1977; Presidente atual do Conselho de Administração da Gaster Participações S/A desde 2009; Membro atual do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S/A; Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A e da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A desde 2006; Membro do Conselho de Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A desde 2006; Presidente do Conselho de Administração da João Fortes Engenharia S/A desde 2008.

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (Conselheiro Independente)

Conselheiro da Brookfield Incorporações S/A desde 2007; do Grupo Libra desde 2009 e da Cultura Inglesa desde 2005. Ex-Conselheiro da BFFÇ, empresa de capital aberto nos EUA, no período de 1996 a 2009. Atual Presidente do Conselho de Administração Inc., empresa de capital aberto nos EUA. Membro do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S/A (desde 2001), Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (desde 1998), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (desde 2001) e da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (desde 2001); Membro do Conselho de Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A desde 2001.

Marcilio Marques Moreira (Conselheiro Independente)

Ex-Membro do Conselho de Administração do BNDES (período de 1974 a 1979); Ex-Vice-Presidente e Membro do Conselho de Administração do Grupo Unibanco (período de 1968 a 1986); Ex-Embaixador do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América (período de 1986 a 1991); Ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (período de 1991 a 1992); Ex-Assessor Especial da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (período de 1993 a 1995); Membro do Conselho de Ética Pública da Presidência da República (período de 2002 a 2008), tendo exercido a presidência interina várias vezes; Membro atual do Conselho de Administração da Brookfield Incorporações S/A desde 2001; Membro atual do Conselho de Administração da Energisa S/A desde 2006; Membro atual do Conselho de Administração da VALID desde 2006. Membro atual da Centennial - Latin America, nos Estados Unidos desde 2006; Membro atual do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas desde 1993; Membro atual do Conselho Superior da ACRJ desde 1995; Atual Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial desde 2006. Atual Sócio Gerente de Conjuntura e Contexto Consultoria Política e Comercial Ltda desde 2005.

Ricardo Perez Botelho (Conselheiro Executivo)

Ex-Engenheiro Eletrônico da GTE Laboratories e da GTE Communications Products - Tempe, em Arizona (EUA); Ex-Chefe de Equipe de Desenvolvimento da Micron Technology - Signal Processing Group, em Arizona (EUA); Vice-Presidente do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S/A (desde 1997), Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (desde 1996), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (desde 1997), Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (desde 2000); e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A desde 1999. Diretor-Presidente da empresa aberta Energisa S/A desde 2007.

Andre La Saigne de Botton (Conselheiro Suplente Independente)

Presidente da ACV Comércio e Participações (período de 1995 a 2009) e da SPA do Brasil S/A (período de 1997 até o presente); Membro dos Conselhos de Administração da NRF - National Retail Federation (New York) (período de 1974 a 2002), GAM (Global Asset Management) Emerging Markets Multi-Fund I e II (Londres) (período de 1985 a 2004), Makro Brasil - Atacadista (período de 1982 a 2007), Supergasbras S/A - Distribuidora de Gás (período de 1992 a 1999), The Nature Conservancy (Brasil) (período de 1989 até o presente), Conservation Internacional Brasil (período de 1992 até o presente), Fundação Santa Iñez (período de 1985 a 2006), International Advisory Council of the Américas Society (New York) (período de 1985 a 2001) e Ceras Johnson Brasil (período de 1983 até o presente); Membro Suplente do Conselho de Administração da empresa aberta Energisa S/A desde 2007.

Pedro Boardman Carneiro (Conselheiro Suplente Não Executivo)

Graduado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, em 2010. Experiência Profissional: Sócio e Operador de Mercado Financeiro da Dinâmica Investimentos e Empreendimentos desde 2009; Ex-estagiário do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. (período de janeiro a março de 2008); Ex-estagiário da Corretora Liquidez (período de janeiro a março de 2007); Membro Suplente do Conselho de Administração da empresas abertas Energisa S/A, Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A e da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A desde 2011); Membro do Conselho de Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A desde 2011.

Nenhum dos candidatos indicados jamais incorreu em (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Relação conjugal, união estável ou parentesco

O candidato Ivan Müller Botelho (Presidente do Conselho de Administração) é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do emissor.

O candidato Ivan Müller Botelho é pai do Sr. Maurício Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do emissor. O Sr. Maurício Perez Botelho também é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Ricardo Perez Botelho (Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) é filho do Sr. Ivan Müller Botelho e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores).

Os Srs. Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho também ocupam cargos na administração de sociedades controladas e controladoras do emissor.

O candidato Antônio José de Almeida Carneiro é pai do candidato a membro suplente do Conselho de Administração, Sr. Pedro Boardman Carneiro. O Sr. Pedro Boardman Carneiro também ocupa o cargo de membro suplente do Conselho de Administração das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração titular Antônio José de Almeida Carneiro.

O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração Antônio José de Almeida Carneiro, que também é Conselheiro de Administração das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

12.10. Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores da Companhia e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores da Companhia e qualquer sociedade controladora, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores da Companhia e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

5 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 - Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a mesma apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem.

Operações financeiras em 2011

As operações financeiras realizadas pelo Grupo Energisa em 2011 totalizaram R\$ 520,4 milhões, sendo: (i) R\$ 49,1 milhões financiados pelo BNDES e pela Eletrobrás para suporte aos investimentos das distribuidoras controladas; (ii) R\$ 12,9 milhões financiados pela Eletrobrás para suporte ao Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica, sendo R\$ 11,6 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$ 19,1 milhões de financiamento do BNDES para a construção das três PCHs no Rio Grande (total contratado de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 142,2 milhões já foram liberados até final de 2011); (iv) R\$ 11,1 milhões financiados pelo Banco do Nordeste para os investimentos das distribuidoras Energisa Sergipe, Energisa Paraíba e Energisa Borborema; (v) R\$ 333,1 milhões em emissão de Notas Perpétuas Híbridas pela Companhia; e (vi) R\$ 95,1 milhões de empréstimos em dólares swapados para reais.

As Notas Perpétuas com Opção de Diferimento de Juros ("Senior Perpetual Notes with Interest Deferral Option" ou Notas Perpétuas Híbridas), no montante de US\$ 200 milhões (R\$ 333 milhões) foram emitidas em 27 de janeiro de 2011 no mercado de capitais internacional e listadas no mercado da Bolsa de Luxemburgo. As Notas Perpétuas Híbridas têm rendimento de 9,5% ao ano, pagos trimestralmente, a partir de 27 de abril de 2011 e receberam classificação de risco Ba2 pela Moody's Investor Service e BB- pela Fitch Ratings. As Notas Perpétuas Híbridas não foram distribuídas no Brasil e os recursos captados com essa emissão serão destinados aos propósitos gerais da Companhia, com ênfase nos projetos de geração de energia.

Operações financeiras em 2010

As operações financeiras realizadas pelo Grupo Energisa em 2010 totalizaram R\$ 518,7 milhões, destacando-se: (i) R\$ 10,8 milhões financiados pelo BNDES e pela Eletrobrás para suporte aos investimentos das distribuidoras controladas; (ii) R\$ 43,0 milhões financiados pela Eletrobrás para suporte ao Programa Luz para Todos, sendo R\$ 36,0 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$ 83,0 milhões do financiamento do BNDES para a construção das três PCHs no Rio Grande (total contratado de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 123 milhões já foram liberados até final de 2010); (iv) R\$ 81,9 milhões financiados pelo Banco do Nordeste para os investimentos das distribuidoras Energisa Sergipe, Energisa Paraíba e Energisa Borborema; e (v) R\$ 300,0 milhões em emissão de debêntures pela Companhia.

A Companhia também realizou em janeiro de 2010 a amortização antecipada total das debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 1ª emissão pública, no montante de R\$ 46,7 milhões. A amortização teve como objetivo melhorar a estrutura de capital e estrutura de garantias prestadas pelo Grupo, desonerando as ações de Energisa Paraíba e da Energisa Borborema dadas em garantia no momento da emissão, em 2006.

Operações financeiras em 2009

O Grupo Energisa realizou operações financeiras no mercado de capitais que, em 2009, totalizaram R\$304 milhões. Dentre as operações, destacam-se: (i) R\$6,0 milhões financiados pelo BNDES para os investimentos da Energisa Minas Gerais e da Energisa Nova Friburgo; (ii) R\$49 milhões financiados pela Eletrobrás para suporte ao Programa Luz para Todos, sendo R\$37 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$9,0 milhões financiados pela Eletrobrás para financiamento de projetos de sub-transmissão, de um total contratado de R\$44 milhões; (iv) R\$40 milhões da primeira parcela do financiamento do BNDES à construção das três PCHs no Rio Grande (total contratado de R\$150 milhões) e (v) R\$200,0 milhões em emissões de debêntures por três distribuidoras do Grupo Energisa, sendo R\$ 60 milhões pela Energisa Sergipe; R\$ 80 milhões pela Energisa Paraíba e R\$60 milhões pela Energisa Minas Gerais. Essas emissões terão vencimento em dezembro de 2014, com repactuação em dezembro de 2012 e têm remuneração equivalente a CDI + 1,90% ao ano.

Ressalte-se que em 2009 as distribuidoras do Grupo Energisa financiaram parte relevante de seus investimentos com recursos do FIDC Energisa 2008 (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios), lançado em 29 de dezembro de 2008 e cuja captação total foi de R\$100 milhões.

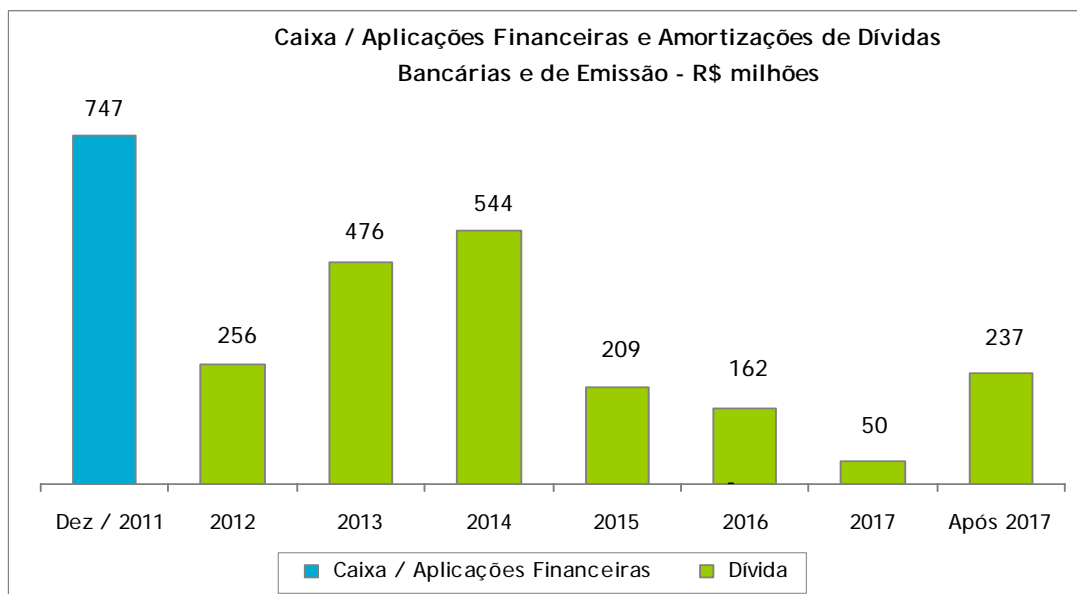
c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Capacidade de pagamento em 2011

Em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi de R\$ 747,2 milhões. Esse montante é 2,7 vezes superior às dívidas consolidadas de curto prazo, que somam R\$ 273,5 milhões e correspondem a 11,6% das dívidas consolidadas totais. As dívidas líquidas consolidadas, ao fim de dezembro de 2011, incluindo encargos e excluindo as Notas Perpétuas Híbridas por se tratarem de títulos sem vencimento, totalizaram R\$ 1.230,8 milhões, contra R\$ 1.306,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, ou seja, 5,8% (ou R\$ 75,3 milhões) menor. Consequentemente, a Companhia encerrou o 4T11 com uma relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado nos últimos doze meses de 2,1 vezes. Incluindo as Notas Perpétuas Híbridas, a dívida líquida totaliza R\$ 1.602,8 milhões e o indicador dívida líquida por EBITDA Ajustado seria de 2,7 vezes.

Importante mencionar que a relação acima está parcialmente afetada pelas receitas das PCHs que constituem o complexo Energisa Rio Grande - detentora das Pequenas Centrais Hidrelétricas Caju (em operação comercial desde meados de março de 2011), São Sebastião do Alto (em operação comercial a partir de setembro de 2011) e Santo Antônio (em operação comercial desde fevereiro de 2012). Se expurgarmos os saldos das dívidas líquidas da Energisa Rio Grande - no montante de R\$ 140,0 milhões -, que ainda não geraram EBITDA em ciclo de 12 meses para o Grupo Energisa, a relação entre a dívida líquida (incluindo as Notas Perpétuas Híbridas) e o EBITDA Ajustado seria de 2,5 vezes.

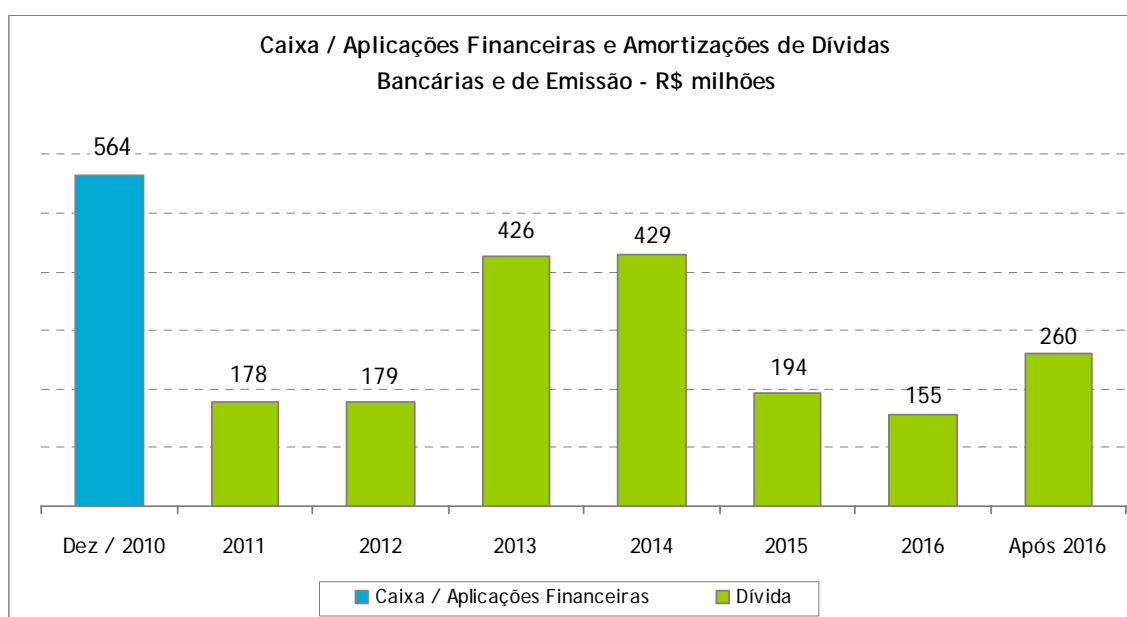
O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa (sem levar em conta os efeitos da emissão das Notas Perpétuas Híbridas), em 31 de dezembro de 2011, vis-à-vis o caixa, estão representados conforme ilustrado abaixo:



Capacidade de pagamento em 2010

Em dezembro de 2010, a posição consolidada de caixa, aplicações financeiras e equivalentes era de R\$ 564,4 milhões. Esse montante é 1,8 vezes superior às dívidas consolidadas de curto prazo que somam R\$ 319,1 milhões e correspondem a 17,1% das dívidas consolidadas totais. As dívidas líquidas consolidadas, incluindo encargos, totalizaram R\$ 1.306,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, contra R\$1.122,3 milhões no mesmo período em 2009. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado em 2010 ficou em 2,4 vezes. O prazo médio da dívida líquida existente é de 5,0 anos.

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa (sem levar em conta os efeitos da emissão das Notas Perpétuas), em 31 de dezembro de 2010, vis-à-vis o caixa, estão representados conforme ilustrado abaixo:

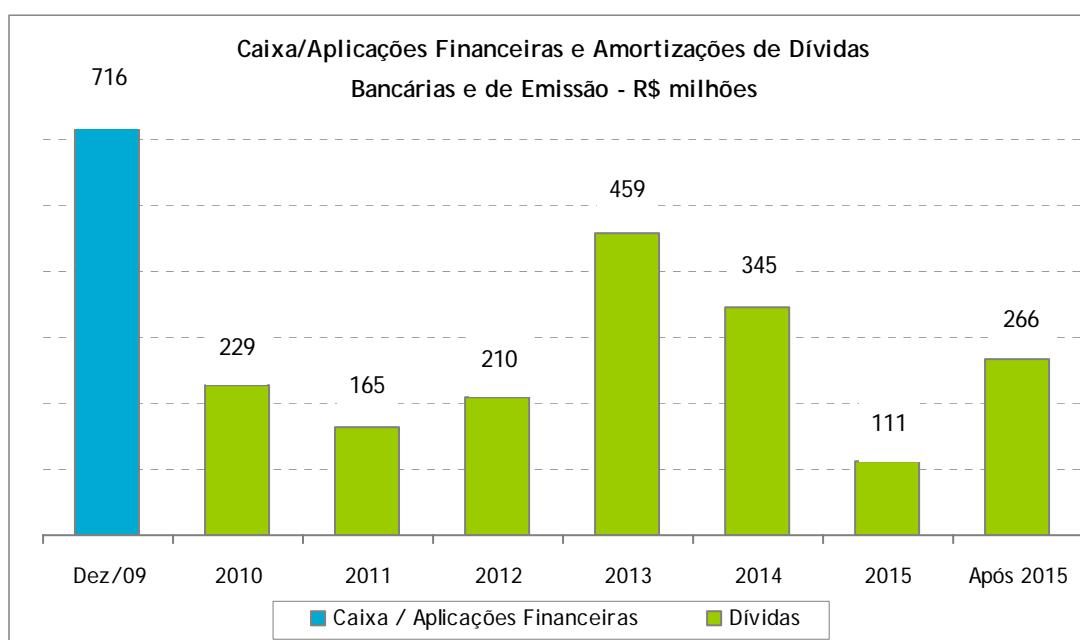


Capacidade de pagamento em 2009

Ao final de 2009, a posição consolidada de caixa e aplicações financeiras era de R\$715,6 milhões, o que representa um incremento de R\$104 milhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2008. Esse montante em dezembro de 2009 é 2,9 vezes superior às dívidas consolidadas de curto prazo que somam R\$244,3 milhões e correspondem a 13,3% das dívidas consolidadas totais. As dívidas líquidas consolidadas, incluindo encargos, totalizaram R\$1.122,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, contra R\$1.144,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, o que representa uma redução de 2,0%. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado do ano ficou em 2,0 vezes.

Em janeiro de 2010 a Energisa S/A realizou a amortização antecipada total das debêntures de sua 1ª emissão, no montante de R\$46,7 milhões, também com o objetivo de melhorar a estrutura de garantias prestadas pelo Grupo. Com esta amortização antecipada, foram desoneradas ações de Energisa Paraíba e da Energisa Borborema dadas em garantia no momento da emissão, em 2006.

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 31 de dezembro de 2009, vis-à-vis o caixa, estão assim representados:



Os recursos em caixa e aplicações financeiras são suficientes para amortizar dívidas contratadas até o primeiro semestre de 2013.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Endividamento em 2011

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2011.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Notas Perpétuas Híbridas (Valores em R\$ mil)

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2011	2010	
ENERGISA S/A	Em moeda estrangeira						
	Notas Perpétuas Híbridas	7.367	-	375.160	382.527	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	7.367	-	375.160	382.527	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(969)	-	(3.150)	(4.119)	-	
	Total	6.398	-	372.010	378.408	-	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	170	12.984	-	13.154	26.230	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.149	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	139	634	785	952	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	382	2.527	2.955	3.421	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	474	2.965	3.506	5.097	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	15	440	455	152	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	286	286	173	
	Eletrobrás - Subtransmissão	72	2.045	4.006	6.123	4.934	
	Eletrobrás - Luz no Campo	9	181	-	190	471	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	15.206	1.272	16.478		
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	7	4.751	-	4.758	11.307	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	2.229	11.293	13.537	16.314	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.066	4.074	6.140	11.280	13.077	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	289	1.113	22.240	23.642	21.112	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	35	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	28	130	2.980	3.138	527	
	Financiamento INERGUS PO	-	854	22.576	23.430	24.107	
	Financiamento INERGUS PSI	-	1.817	21.701	23.518	25.344	
	Total em moeda nacional	1.916	46.394	114.060	162.370	168.402	
	Em moeda estrangeira						
	NOTES UNITS	10.612	-	200.872	211.484	187.853	(2)
Total em moeda estrangeira	10.612	-	200.872	211.484	187.853		
(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(192)	(6.886)	(7.090)	(7.505)		
Total	12.516	46.202	308.046	366.764	348.750		
ENERGISA PARAIBA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	73	6.650	-	6.723	13.254	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	548	-	61.000	61.548	61.575	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª	30	305	1.546	1.881	2.268	

	tranche						
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	466	3.119	3.659	4.209	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	69	581	2.530	3.180	5.479	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	64	414	3.910	4.388	4.882	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	54	343	3.788	4.185	4.323	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	6	18	2.198	2.222	1.330	
	Eletrobrás - Subtransmissão	22	3.355	21.588	24.965	8.939	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	16	16	32	52	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	11	22	33	49	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	8	16	24	34	
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	74	-	74	319	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	1.737	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	6.908	-	6.908	10.390	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	23	5.675	11.212	16.910	22.943	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	59	9.423	42.747	52.229	61.759	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	13	3.513	54.259	57.785	58.963	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	9	2.434	10.923	13.366	15.791	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	52	783	6.315	7.150	3.161	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	29	
	Financiamento Funasa	-	-	-	-	17.400	
	Total em moeda nacional	1.096	40.977	225.189	267.262	298.886	
	Em moeda estrangeira						
	NOTES UNITS	5.714	-	108.164	113.878	101.154	(2)
	Total em moeda estrangeira	5.714	-	108.164	113.878	101.154	
	Custos de captação incorridos na contratação	(44)	(328)	(5.344)	(5.716)	(6.361)	
	Total ENERGISA PARAÍBA	6.766	40.649	328.009	375.424	393.679	
MINAS GERAIS	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	153	16.625	-	16.778	33.136	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	131	-	15.000	15.131	15.135	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.416	5.295	6.776	7.911	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	12	48	62	71	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	261	2.480	21.249	23.990	27.030	
	Eletrobrás - Luz para Todos	-	-	269	269	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	6	1.667	-	1.673	4.272	
	Banco HSBC - repasse BNDES	10	673	1.591	2.274	2.787	
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	214	709	928	1.012	
	Banco HSBC - repasse BNDES	9	319	1.059	1.387	1.708	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	89	331	3.732	4.152	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	19	98	1.065	1.182	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	40	135	1.558	1.733	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	2	617	622	-	
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	28	83	3.396	3.507	324	
	CCB - Banco Bradesco	1.208	12.500	37.500	51.208	63.882	(2)
	Total em moeda nacional	2.117	36.555	95.088	133.760	157.268	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	226	-	30.857	31.083	-	
	Merryl Lynch	256	-	53.488	53.744	-	
Total em moeda estrangeira	482	-	84.345	84.827	-		

	(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(162)	(184)	(357)	(560)	
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.588	36.393	179.249	218.230	156.708	
NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	43	6.650	-	6.693	13.234	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	53	-	4.000	4.053	4.058	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	85	355	440	529	
	Banco Pine - repasse BNDES	3	923	-	926	2.346	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	41	23	67	215	
	Banco HSBC - repasse BNDES	2	146	644	792	816	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	54	210	265	13	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	7	128	1.516	1.651	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	93	385	480	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	54	631	688	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	46	1.082	1.133	-	
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	2	36	369	407	106	
	Banco Santander Brasil	21	5.000	-	5.021	5.590	
	Total em moeda nacional	233	13.256	11.215	24.704	27.207	
	Em moeda estrangeira						
Citibank	113	-	15.475	15.588	-		
Total em moeda estrangeira	113	-	15.475	15.588	-		
(-) custos de captação incorridos na contratação	(1)	(66)	(50)	(117)	(196)		
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	345	13.190	26.640	40.175	27.011		
BORBOREMA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	76	6.466	-	6.542	13.086	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	39	-	5.000	5.039	5.040	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	76	209	287	347	
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	4	2	6	11	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	73	1.742	8.243	10.058	11.203	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	37	381	7.620	8.038	1.894	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	6	69	668	743	281	
	Total em moeda nacional	233	8.738	21.742	30.713	31.862	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(92)	(146)	(242)	(354)	
Total ENERGISA BORBOREMA	229	8.646	21.596	30.471	31.508		
SOLUÇÕES	Em moeda nacional						
	Banco HSBC - Leasing	-	-	-	-	40	
	Finep	24	966	6.144	7.134	4.089	
	Total em moeda nacional	24	966	6.144	7.134	4.129	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(41)	(41)	(41)	
Total ENERGISA SOLUÇÕES	24	966	6.103	7.093	4.088		
ENERGISA R.G.GERAÇÃO	Em moeda nacional						
	Financiamento BNDES	355	9.763	90.858	100.976	93.616	(2)
	Financiamento BNDES	76	3.588	33.958	37.622	35.756	(2)
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-	(2)
	Total em moeda nacional	519	13.351	126.816	140.686	129.372	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(234)	(234)	(234)	
Total ENERGISA RIO GRANDE GERAÇÃO	519	13.351	126.582	140.452	129.138		
SPE CRISTINA	Em moeda nacional						
	Financiamento BDMG	31	382	6.865	7.278	-	
	Financiamento BDMG	5	344	2.410	2.759	-	
Total em moeda nacional	36	726	9.275	10.037	-		

	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(50)	(50)	-
	Total SPE CRISTINA	36	726	9.225	9.987	
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	6.174	160.963	609.529	776.666	817.126
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(16)	(320)	(471)	(807)	(1.385)
	Total em moeda estrangeira	24.288	-	784.016	808.304	289.007
	Custos de captação incorridos na contratação	(1.025)	(520)	(15.614)	(17.159)	(13.866)
	TOTAL	29.421	160.123	1.377.460	1.567.004	1.090.882

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantém aplicações financeiras no montante R\$92.886 (R\$102.582 em 2010), registrado na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

(1) Em 27 de janeiro de 2011, a Companhia concluiu no mercado de capitais internacional, o lançamento de Notas Perpétuas Híbridas com opção de diferimento de seus rendimentos, no montante de US\$200 milhões (equivalentes a R\$334.400 naquela data), negociados no mercado da Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). As Notas Perpétuas Híbridas receberam classificação de risco Ba2 pela Moody's Invertor Service e BB pela Fitch Ratings. Os rendimentos das notas são da ordem de 9,5% a.a, pagos trimestralmente a partir de 27 de abril de 2011. As notas não são resgatáveis pelos seus detentores e a Companhia possui a discricionariedade de diferir o pagamento de seus rendimentos indefinidamente (opção de diferimento), nesse caso apenas se comprometendo a não recomendar a distribuição de dividendos, dentro das limitações legais e societárias, de forma que pode ter que vir a distribuir dividendos mínimos obrigatórios mesmo se optar por diferir o pagamento dos rendimentos. No exercício foram pagos juros no montante de R\$26.520 (equivalentes a US\$ 14,25 milhões).

Considerando os termos dos CPC 38, 39 e 40, convergidos às IAS 39, IAS 32 e IFRS 7, a Administração classificou originalmente as Notas Perpétuas Híbridas como instrumento patrimonial. A Administração entende, com base também em posicionamento emitido pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e aprovado pelo International Financial Reporting Standards Board (IASB), que um incentivo ou a intenção da administração para pagar não geram uma obrigação presente para a entidade e por isto não pode gerar classificação de um instrumento financeiro como passivo financeiro. A Administração da Companhia observou ainda a prática internacional em relação ao registro de instrumentos perpétuos de natureza similar, constatando que várias companhias em vários países que adotam as normas internacionais de contabilidade (IFRS), como emitidas pelos IASB, apresentam tais instrumentos como títulos patrimoniais. Adicionalmente, a Administração avaliou originalmente, que a Companhia, que conforme a Lei 6.404/76 inclui os seus acionistas como parte da sua estrutura corporativa, mantém o direito de destinar os saldos de reservas de lucros que eventualmente ultrapassem os limites legais/estatutários para aumento de capital, sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de outubro de 2011, a Superintendência de Relações com Empresas (SEP), emitiu o Ofício/CVM/SEP/GEA-5/No 247/2011, apresentando sua interpretação sobre a classificação contábil das Notas Perpétuas Híbridas como instrumento financeiro passivo e determinou a reclassificação contábil para o grupo do passivo. A Companhia recorreu da decisão ao colegiado da CVM, que manteve a determinação de reclassificação confirmada em Ata do Colegiado de 24 de janeiro de 2012. A CVM observou que "se trata de uma decisão complexa, pois as normas contábeis internacionais certamente têm diversas leituras possíveis e, portanto, diversas respostas defensáveis". No entanto, a CVM considerou, dentre outros aspectos, que o "curso normal dos negócios de uma companhia, exige que, havendo lucros, tais lucros sejam distribuídos em algum momento, que não está inteiramente sob o controle dos administradores, do acionista controlador, ou mesmo, da assembléia geral...".

Em estrita obediência às determinações da CVM, a Administração reclassificou os títulos perpétuos para o passivo não circulante - empréstimos e financiamentos, bem como reflete no resultado do exercício todos os encargos de remuneração dos títulos, enquanto anteriormente os juros quando declarados eram deduzidos do patrimônio líquido.

(2) Os financiamentos relativos às NOTES UNITS, o BNDES (Energisa Geração) e Bradesco (CCB) possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos Financeiros às demonstrações financeiras de 2011). Em 31 de dezembro de 2011, todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os contratos relativos aos NOTES UNITS e os juros das Notas Perpétuas Híbridas possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (vide nota explicativa nº 35 às demonstrações financeiras de 2011).

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
ENERGISA S.A.	Notas Perpétuas Híbridas	-	-	-	-	Dólar	+	9,5% a.a	(1)
Energisa SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	30	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	46	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	71	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	4	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	jan-2013	mensal	-	7	Selic Acumulada			
	Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	106	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	60	INPC/IPCA	+	6,0%	

	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	6	pré-fixado	7,9%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado	8,3%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	24	TJLP +	4,0%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	51	pré-fixado	8,4%	(2)
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	18	Dólar +	10,5%	(1)
Energisa PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI +	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI +	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	31	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	39	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	43	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	54	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	59	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	71	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	29	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	12	RGR +	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR +	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR +	8,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	3	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	jul-2012	mensal	-	6	Selic Acumulada		
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	pré-fixado	7,7%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado	7,8%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	49	pré-fixado	8,1%	(2)

	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	33	TJLP	+	4,0%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 5,5%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	18	Dólar	+	10,5%	(1)
Energisa MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	49	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás Subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar. 2013	Recebíveis	45	RGR	+	5,0%	
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	27	CDI	+	1,25%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	3	TJLP	+	4,7%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	25	TJLP	+	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	27	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	4,75%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	56	UMBND	+	3,75%+ juros variáveis	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	5,95%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	61	pré fixado		5,5%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 10%	
	Citibank	set-2014	Final	Aval Energisa S.A	33	libor	+	2,25%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	out-2013	Final	Aval Energisa S.A	34	libor	+	2,0%	(1)
Energisa NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	34	RGR	+	5,0%	
	Banco Pine - repasse BNDES	ago-2012	mensal	Recebíveis + aval Energisa S/A	4	TJLP	+	4,8%	

Energisa BO	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP	+	4,3%	(1)
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	28	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	56	TJLP	+	4,75%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	50	UMBND	+	3,75% + juros variáveis	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	56	TJLP	+	5,95%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	58	pré	fixado	5,5%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%		
	Banco Santander	abr-2012	final	Aval Energisa S.A.	2	CDI	+	1,65%	
	Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	33	Libor	+	2,25%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	28	RGR	+	5,0%		
Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	8	RGR	+	5,0%		
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado		7,5%		
Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	50	pré-fixado		7,5%		
Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%			
Energisa Soluções	FINEP	out-2018	mensal, após jan.2012	Fiança Energisa S.A.	42	pré-fixado	8%		
Energisa Geração Rio Grande	BNDES- Financ. Invest.	jan-2025	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	77	TJLP	+	2,05%	
	BNDES- Financ. Invest.	set-2019	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	49	pré-fixado		4,5%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%	
SPE Cristina	BDMG - repasse BNDES	dez-2021	mensal, após jun-2012		65	TJLP	+	4,0%	
	BDMG - repasse BNDES	dez-2019	mensal, após jan-2012		60	pré-fixado		4,5%	

1 - Possui swap.

2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2011	2010
US\$ x R\$	12,58%	-4,30%
TJLP	6,0%	6,0%
SELIC	11,62%	9,77%
CDI	11,60%	9,74%
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2011 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2013	-	390.228
2014	-	189.307
2015	-	83.107
2016	-	62.296
2017	-	49.664
Após 2017	-	230.848
Subtotal	-	1.005.450
Notas perpétuas híbridas ⁰	372.010	372.010
Total	372.010	1.377.460

Debêntures em 2011

Principais características das debêntures (Valores em R\$ mil):

	Controladora		Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE	
	3ª Emissão	4ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/04/2008	15/10/2010	15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009
Data de vencimento	01/04/2014	15/10/2016	15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014
Garantia	Real	Real	Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Varição Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Valor na data de emissão	150.000	300.000	60.000	80.000	73.248	60.000
Títulos em circulação	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Carência de Juros	6 meses	7 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Amortizações/parcelas	5 semestrais	5 semestrais	Final	Final	3 anuais	Final
Saldos em 2011 (2)	153.774	305.820	60.010	79.993	79.548	60.010
Circulante	64.346	7.796	319	426	1.160	319
Não circulante	89.428	298.024	59.691	79.567	78.388	59.691
Saldos em 2010 (2)	153.596	305.471	59.973	79.964	70.600	59.973
Circulante	4.193	7.473	313	417	1.045	313
Não circulante	149.403	297.998	59.660	79.547	69.555	59.660

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (Vide nota explicativa às Demonstrações Contábeis nº 35 - Instrumentos Financeiros).

(2) Deduzido de R\$2.547 (R\$2.598 em 2010) na controladora e R\$4.126 (R\$4.288 em 2010) no consolidado referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2011 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2011 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	59.619	85.748
2014	129.151	354.229
2015	99.341	125.471
2016	99.341	99.341
Total	<u>387.452</u>	<u>664.789</u>

Endividamento em 2010

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2010.

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal Não		Total			Ref.
			Circulante	Circulante	2010	2009	01/01/2009	
ENERGISA	Em moeda nacional							
	CCB - Itaú BBA (Garantia BID)	-	-	-	-	307.820	299.740	1
	Leasing Bradesco	-	-	-	-	468	711	
	Total em moeda nacional	-	-	-	-	308.288	300.451	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(7.437)	-	
	Total Controladora	-	-	-	-	300.851	300.451	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	287	15.082	10.861	26.230	38.394	39.940	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	149	-	15.000	15.149	15.112	14.777	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	167	772	952	1.116	1.281	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	460	2.915	3.421	3.887	4.353	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	560	4.470	5.097	5.672	5.768	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	-	152	152	-	-	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	173	173	-	-	
	Eletrobrás - Subtransmissão	33	987	3.914	4.934	1.077	-	
	Eletrobrás - Luz no Campo	8	275	188	471	728	1.010	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	39	6.341	4.927	11.307	17.277	23.241	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	21	2.488	13.805	16.314	18.831	19.769	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	342	3.463	9.272	13.077	15.075	15.842	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	35	-	35	90	143	
	Banco Itaú - repasse FINAME	6	119	402	527	-	-	
	Banco Credit Suisse (*)	-	-	-	-	-	7.201	
Banco do Nordeste- Recursos FNE	68	-	21.044	21.112	-	-		

	Banco do Nordeste-Recursos FNE	-	-	-	-	3.752	2.338	
	Banco do Nordeste-Recursos RECIN	-	-	-	-	3.752	2.339	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	4	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	18	
	Financiamento INERGUS PO	-	788	23.319	24.107	24.898	-	
	Financiamento INERGUS PSI	-	1.732	23.612	25.344	26.902	-	
	Total em moeda nacional	1.079	32.497	134.826	168.402	176.563	138.024	
	Em moeda estrangeira							
	NOTES UNITS	9.426	-	178.427	187.853	196.465	256.009	1
	Total em moeda estrangeira	9.426	-	178.427	187.853	196.465	256.009	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(223)	(7.270)	(7.505)	(8.290)	-	
	Total ENERGISA SERGIPE	10.493	32.274	305.983	348.750	364.738	394.033	
ENERGISA PARAIBA	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa II(*)	125	7.660	5.469	13.254	19.198	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III(*)	575	-	61.000	61.575	61.420	60.127	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	30	370	1.868	2.268	2.673	3.060	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	58	560	3.591	4.209	4.762	6.537	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	70	650	4.759	5.479	6.067	6.276	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	64	496	4.322	4.882	4.940	2.117	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	1.330	1.330	1.987	-	
	Eletrobrás - Luz para Todos	48	127	4.148	4.323	-	-	
	Eletrobrás - Subtransmissão	20	1.394	7.525	8.939	8.501	-	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	5	16	31	52	64	80	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	5	11	33	49	55	66	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	1	8	25	34	41	49	
	Eletrobrás - Luz no Campo	5	254	60	319	579	819	
	Eletrobrás	15	1.722	-	1.737	-	-	
	Eletrobrás	-	6.927	3.463	10.390	-	-	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	240	6.129	16.574	22.943	28.768	34.619	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	9.387	52.262	61.759	66.573	65.625	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	483	-	58.480	58.963	-	-	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	3	2.437	13.351	15.791	17.006	16.761	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	29	-	29	76	125	
	Banco Itaú - repasse FINAME	29	718	2.414	3.161	200	-	
	Banco do Nordeste-Recursos FNE	-	-	-	-	5.002	1.927	
	Banco do Nordeste-Recursos RECIN	-	-	-	-	5.002	1.927	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	7	

	Banco Safra (Leasing) Financiamento Funasa	-	-	-	-	-	25	
	Total em moeda nacional	1.886	40.408	256.592	298.886	249.972	220.116	
	Em moeda estrangeira							
	NOTES UNITS	5.076	-	96.078	101.154	105.790	137.853	1
	Total em moeda estrangeira	5.076	-	96.078	101.154	105.790	137.853	
	Custos de captação incorridos na contratação	(47)	(313)	(6.001)	(6.361)	(6.079)	-	
	Total ENERGISA PARAÍBA	6.915	40.095	346.669	393.679	349.683	357.969	
ENERGISA MINAS GERAIS	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	313	19.221	13.602	33.136	47.993	49.922	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.112	14.785	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.605	6.241	7.911	8.730	10.591	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	1	14	56	71	77	87	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	266	2.986	23.778	27.030	23.610	16.865	
	Banco Itaú - repasse FINAME	4	74	246	324	-	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	18	2.939	1.315	4.272	6.846	9.088	
	Banco HSBC - repasse BNDES	12	673	2.102	2.787	3.042	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	188	819	1.012	1.183	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	11	319	1.378	1.708	-	-	
	CCB - Banco Bradesco	1.382	12.500	50.000	63.882	75.833	76.421	1
	Total em moeda nacional	2.212	40.519	114.537	157.268	182.426	177.759	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(193)	(356)	(560)	(785)	-	
Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.201	40.326	114.181	156.708	181.641	177.759		
ENERGISA NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	104	8.257	4.873	13.234	19.197	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	58	-	4.000	4.058	4.031	3.942	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	111	418	529	592	668	
	Banco Itaú - repasse FINAME	1	24	81	106	-	-	
	Banco Pine - repasse BNDES	10	1.394	942	2.346	3.882	4.300	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	41	171	215	880	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	2	138	676	816	343	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	54	258	313	-	-	
	Banco Santander Brasil	319	5.271	-	5.590	5.003	-	
	Total em moeda nacional	498	15.290	11.419	27.207	33.928	28.879	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(3)	(77)	(116)	(196)	(285)	-	
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	495	15.213	11.303	27.011	33.643	28.879	

ENERGISA BORBOREMA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	140	7.478	5.468	13.086	19.196	19.969
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	40	-	5.000	5.040	5.038	4.928
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	81	264	347	496	568
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	5	6	11	18	22
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	-	2.024
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	95	1.705	9.403	11.203	11.760	11.588
	Banco do Nordeste	3	-	1.891	1.894	-	-
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	-	-	-	3.752	2.086
	Banco do Nordeste- Recursos REFIN	-	-	-	-	3.753	2.087
	Banco Itaú - repasse FINAME	3	64	214	281	-	-
Total em moeda nacional	283	9.333	22.246	31.862	44.013	43.272	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(108)	(242)	(354)	(463)	-	
Total ENERGISA BORBOREMA	279	9.225	22.004	31.508	43.550	43.272	
ENERGISA SOLUÇÕES	Em moeda nacional						
	Banco HSBC - Leasing	-	40	-	40	104	187
	Finep	14	-	4.075	4.089	-	-
	Financiamento BNDES	-	-	-	-	28.148	-
	Financiamento BNDES	-	-	-	-	11.949	-
	Total em moeda nacional	14	40	4.075	4.129	40.201	187
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(41)	(41)	(234)	-	
Total ENERGISA SOLUÇÕES	14	40	4.034	4.088	39.967	187	
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	Em moeda nacional						
	Financiamento BNDES	4.170	89.446	-	93.616	-	-
	Financiamento BNDES	1.010	34.746	-	35.756	-	-
	Total em moeda nacional	5.180	124.192	-	129.372	-	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(234)	-	(234)	-	-
Total ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	5.180	123.958	-	129.138	-	-	
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	11.152	262.279	543.695	817.126	1.035.391	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(18)	(612)	(755)	(1.385)	(9.204)	-
	Total em moeda estrangeira	14.502	-	274.505	289.007	302.255	
	Custos de captação incorridos na contratação	(59)	(536)	(13.271)	(13.866)	(14.369)	-
	TOTAL CONSOLIDADO	25.577	261.131	4	82	73	0

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante R\$102.582 (R\$41.499 em 2009), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos relativos aos NOTES UNITS e Bradesco (CCB) possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento

antecipado das dívidas. (vide nota 29 - Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2010, todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não foram atingidos. A Administração negociou e conseguiu junto ao credor o reposicionamento dos índices, de forma a ficar adimplente com as exigências contratuais. Em face das novas condições terem sido formalizadas pela Instituição financeira em fevereiro de 2010, a Companhia em atendimento ao CPC 26 reclassificou no balanço de 2009 o saldo registrado no passivo não circulante no montante de R\$267.848 na controladora e R\$732.924 no consolidado, para o passivo circulante, de todos os contratos que apresentaram *cross default*.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame, no consolidado, estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os contratos NOTES UNITS possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Energisa SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	29	Dólar	+	10,5%	1
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	35	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	44	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	53	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	80	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	82	RGR	+	5,0%	
	Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	112	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	67	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	32	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	10	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	62	pré-fixado		8,4%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	11	pré-fixado		7,9%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	40	pré-fixado		8,3%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	TJLP	+	4,0%	
	Banco HSBC - repasse FINAME	ago-2011	mensal	Alienação fiduciária	4	TJLP	+	4,50%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado		4,5%	

Energisa PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	29	Dólar	+	10,5%	1
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	36	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	59	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal, após ago.2011	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	83	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	17	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	21	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	21	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	8	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	abr-2011	mensal	-	2	Selic Acumulada			
	Eletrobrás - Devolução LPT	mar-2012	mensal	-	7	Selic Acumulada			
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	23	pré-fixado		7,7%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	40	pré-fixado		7,8%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	TJLP	+	4,0%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	60	pré-fixado		8,1%	2
	Financiamento Funasa	jan-2020	mensal	Fiança Energisa S/A	56	Média INPC/IPCA	+	6,0%	
	Financiamento Funasa	dez-2026	mensal	Fiança Energisa S/A	93	Média INPC/IPCA	+	6,0%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado		4,5%	
Banco HSBC - repasse FINAME	jul-2011	mensal	Alienação fiduciária	4	TJLP	+	5,0%		
Energisa MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR	+	5,0%	

	Eletróbrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	54	RGR	+	5,0%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	9	TJLP	+	4,7%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP	+	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	33	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+	3,9%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado		4,5%	
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	33	CDI	+	1,25%	
Energisa NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	101	CDI	+	0,7%	
	Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%	
	Banco Santander	dez-2011	final	-	11	CDI	+	1,8%	
	Banco Pine - repasse BNDES	ago-2012	mensal	Recebíveis + aval Energisa S/A	10	TJLP	+	4,8%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	32	TJLP	+	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+	3,9%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado		4,5%	
	Energisa BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III		dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche		nov-2016	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
Eletróbrás - Luz no Campo		fev-2013	mensal	Recebíveis	13	RGR	+	5,0%	
Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)		ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	62	pré-fixado		7,5%	2
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)		jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	pré-fixado		7,5%	2
Banco Itaú BBA - FINAME		jan-2015	mensal, após jan.2011	Alienação fiduciária	26	pré-fixado		4,5%	
Energisa Soluções	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,01%	
	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,01%	
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,05%	
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,05%	
	FINEP	out-2018	mensal, após jan.2012	Fiança Energisa S.A.	54	pré-fixado		8%	

Energisa Geração Rio Grande	BNDES- Financ. Invest.	jan-2025	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	87	TJLP	+	2,05%
	BNDES- Financ. Invest.	set-2019	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	56	pré-fixado		4,5%
1 - Possui Swap.								
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.								

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2010	2009
US\$ x R\$	-4,30%	-25,5%
TJLP	6,0%	6,12%
SELIC	9,77%	11,99%
CDI	9,74%	9,88%
IPCA	5,91%	4,31%
IGP-M	11,32%	-1,71%

Em 31 de dezembro de 2010 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2012	110.506
2013	330.707
2014	65.995
2015	59.866
2016	44.559
Após 2016	192.541
Total	804.174

Debêntures em 2010

Principais características das debêntures:

Empresa emissora	Controladora			Energisa MG	Energisa PB	Energisa SE	
	1ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/12/2006	01/04/2008	15/10/2010	15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009
Data de vencimento	01/10/2011	01/04/2014	15/10/2016	15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014
Garantia	Quirografária com garantia adiciona l(*)	Real	Real	Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária
Rendimentos	CDI + 2% a.a	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	35.000	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Valor na data de emissão	350.000	150.000	300.000	60.000	80.000	73.248	60.000
Títulos em circulação	7.243	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Carência de Juros	6 meses	6 meses	7 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Amortizações/ parcelas	3 anuais	semestrais	5 semestrais	Final	Final	3 anuais	Final
Saldos em 31/12/2010 (2)	-	153.596	305.471	59.973	79.964	70.599	59.973
Circulante	-	4.193	7.473	313	417	1.044	313
Não circulante	-	149.403	297.998	59.660	79.547	69.555	59.660
Saldos em 31/12/2009 (2)	45.327	152.843	-	59.867	79.861	73.768	59.867
Circulante	45.327	152.843	-	59.867	79.861	73.768	59.867
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-

(*) Ações do capital social das controladas Energisa PB e Energisa BO.

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (Vide nota 29 - Instrumentos Financeiros).

(2) Deduzido de R\$2.598 (R\$1.426 em 2009) controladora e R\$4.288 (R\$3.116 em 2009) no consolidado referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2010 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato de empréstimos e financiamento do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não foram atingidos e a Administração somente obteve o reposicionamento dos índices junto ao credor em fevereiro de 2010. Como as debêntures possuem cláusulas *cross default* e em atendimento ao CPC 26 foi reclassificado o saldo registrado no passivo não circulante no montante de R\$149.402 na controladora e R\$421.010 no consolidado, para o passivo circulante.

A totalidade das debêntures de 1ª emissão foi resgatada antecipadamente em 18 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2012	59.761	59.761
2013	59.761	82.946
2014	129.213	351.266
2015	99.333	122.517
2016	99.333	99.333
Total	447.401	715.823

Endividamento em 2009

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2009.

Valores em R\$ mil

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2009	2008	
ENERGISA	Em moeda nacional						
	CCB - Itaú BBA (Garantia BID)	320	32.215	267.848	300.383	299.740	(1)
	Leasing Bradesco	-	468	-	468	711	
	Total em moeda nacional	320	32.683	267.848	300.851	300.451	
	Total Controladora	320	32.683	267.848	300.851	300.451	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	289	13.491	24.161	37.941	39.940	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	100	-	14.786	14.886	14.777	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	165	951	1.116	1.281	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	-	466	3.421	3.887	4.353	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	-	577	5.095	5.672	5.768	
	Eletrobrás - Subtransmissão	-	-	1.077	1.077	-	
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	282	446	728	1.010	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	5	5.925	11.347	17.277	23.241	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	2.457	16.103	18.575	19.769	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	5	1.971	12.897	14.873	15.842	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	54	36	90	143	
	Banco Credit Suisse (*)	-	-	-	-	7.201	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	3.752	-	3.752	2.338	
Banco do Nordeste- Recursos RECIN	-	3.752	-	3.752	2.339		

	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	4		
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	18		
	Financiamento INERGUS - PO	-	722	24.176	24.898	-		
	Financiamento INERGUS - PSI	-	1.642	25.260	26.902	-		
	Total em moeda nacional	414	35.256	139.756	175.426	138.024		
	Em moeda estrangeira							
	NOTES UNITS	10.007	-	179.305	189.312	256.009	(1)	
	Total em moeda estrangeira	10.007	-	179.305	189.312	256.009		
	Total ENERGISA SERGIPE	10.421	35.256	319.061	364.738	394.033		
ENERGISA PARAÍBA	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	145	6.746	12.081	18.972	19.969		
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	371	-	60.160	60.531	60.127		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	386	2.287	2.673	3.060		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	-	556	4.206	4.762	6.537		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	-	628	5.439	6.067	6.276		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	82	4.858	4.940	2.117		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	1.987	1.987	-		
	Eletrobrás - Subtransmissão	-	-	8.501	8.501	-		
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	1	16	47	64	80		
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	11	44	55	66		
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	8	33	41	49		
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	259	320	579	819		
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	8	5.850	22.910	28.768	34.619		
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	52	4.646	60.986	65.684	65.625		
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	6	1.195	15.582	16.783	16.761		
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	48	28	76	125		
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	5.002	-	5.002	1.927		
	Banco do Nordeste- Recursos RECIN	-	5.002	-	5.002	1.927		
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	7		
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	25		
	Financiamento Funasa	-	1.279	15.779	17.058	-		
	Finame	-	-	200	200	-		
		Total em moeda nacional	583	31.714	215.448	247.745	220.116	
		Em moeda estrangeira						
		NOTES UNITS	5.388	-	96.550	101.938	137.853	(1)
	Total em moeda estrangeira	5.388	-	96.550	101.938	137.853		
	Total ENERGISA PARAÍBA	5.971	31.714	311.998	349.683	357.969		
ENERGISA MINAS GERAIS	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	361	16.864	30.202	47.427	49.922		
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	100	-	14.793	14.893	14.785		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	1.164	7.566	8.730	10.591		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	-	10	67	77	87		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	-	2.361	21.249	23.610	16.865		
	Banco HSBC - repasse BNDES	29	2.935	3.882	6.846	9.088		
	Banco HSBC - repasse BNDES	37	401	2.604	3.042	-		
	Banco HSBC - repasse BNDES	13	156	1.014	1.183	-		
	CCB - Banco Bradesco	833	12.500	62.500	75.833	76.421	(1)	
		Total em moeda nacional	1.373	36.391	143.877	181.641	177.759	
		Total ENERGISA MINAS GERAIS	1.373	36.391	143.877	181.641	177.759	

ENERGISA NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	142	6.748	12.081	18.971	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	27	-	3.945	3.972	3.942	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	84	508	592	668	
	Banco Pine - repasse BNDES	17	1.509	2.356	3.882	4.300	
	Banco HSBC - repasse BNDES	18	126	736	880	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	7	49	287	343	-	
	Banco Santander Brasil	-	-	5.003	5.003	-	
	Total em moeda nacional	211	8.516	24.916	33.643	28.879	
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	211	8.516	24.916	33.643	28.879		
ENERGISA BORBOREMA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	144	6.745	12.081	18.970	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	34	-	4.931	4.965	4.928	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	72	424	496	568	
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	6	12	18	22	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	2.024	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	6	819	10.771	11.596	11.588	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	3.752	-	3.752	2.086	
	Banco do Nordeste- Recursos RECIN	-	3.753	-	3.753	2.087	
	Total em moeda nacional	184	15.147	28.219	43.550	43.272	
Total ENERGISA BORBOREMA	184	15.147	28.219	43.550	43.272		
ENERGISA SOLUÇÕES	Em moeda nacional						
	Banco HSBC - Leasing	-	68	36	104	187	
	Financiamento BNDES	78	-	27.836	27.914	-	
	Financiamento BNDES	19	-	11.930	11.949	-	
	Total em moeda nacional	97	68	39.802	39.967	187	
Total ENERGISA SOLUÇÕES	97	68	39.802	39.967	187		
TOTAL CONSOLIDADO	18.57	7	1.135.72	1.314.11	1.302.55	0	
	7	159.775	1	0	0		

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantém aplicações financeiras no montante R\$101.519 (R\$128.108 em 2008), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

(1) Os financiamentos relativos às NOTES UNITS, Itaú BBA (CCB) e Bradesco (CCB) possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. (vide nota 29 - Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2009, alguns índices financeiros estipulados pelo contrato Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não foram atingidos. A Administração negociou e conseguiu junto ao credor o reposicionamento dos índices, de forma a ficar adimplente com as exigências contratuais. Essas novas condições foram formalizadas pela instituição financeira. Para os demais contratos, todas as exigências contratuais foram cumpridas. Os contratos relativos aos NOTES UNITS possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2009:

Empresa	Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
			Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Energisa	CCB - Itaú BBA (Garantia BID)	abr-2017	mensal, após mai.2010	Recebíveis + Ações da Energisa SE	44	CDI	+ 0,7%	
	Banco Bradesco- Leasing	out-2010	mensal	-	6	CDI	+ 4%	
Energisa SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	17	CDI	+ 0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	114	CDI	+ 0,7%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	41	Dólar	+ 10,5%	1
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	set-2016	mensal	Recebíveis	41	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	51	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	59	RGR	+ 5,0%	
	Financiamento Inergus - PO	mar-2029	Mensal	Fiança Energisa S/A	119	INPC/IPCA	+ 6,0%	
	Financiamento Inergus - PSI	set-2020	mensal	Fiança Energisa S/A	73	INPC/IPCA	+ 6,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	46	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	16	RGR	+ 5,0%	
	Banco do Nordeste-FNE	nov-2010	mensal	-	9		pré-fixado 8,5%	
	Banco do Nordeste-RECIN	nov-2010	mensal	-	9		pré-fixado 12,55%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18		pré-fixado 7,5%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	46		pré-fixado 8,5%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	46	TJLP	+ 4,0%	
Banco HSBC - repasse FINAME	ago-2011	mensal	Alienação fiduciária	10	TJLP	+ 4,50%		
Energisa PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	17	CDI	+ 0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	114	CDI	+ 0,7%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	41	Dólar	+ 10,5%	1
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	42	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	51	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	jul-2019	mensal	Recebíveis	59	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	out-2020	mensal, após nov de 2010	Recebíveis	71	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos-5ª tranche	set-2021	mensal, após set-2021	Recebíveis	91	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	46	RGR	+ 5,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	24	RGR	+ 8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	30	RGR	+ 8,0%	

	Eletróbrás - Eletificação Rural	nov-2014	trimestral	-	30	RGR	+	8,0%	
	Eletróbrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	16	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste- FNE	nov-2010	mensal	-	9			pré-fixado 8,5%	
	Banco do Nordeste- RECIN	nov-2010	mensal	-	9			pré-fixado 12,55%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30			pré-fixado 7,5%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal, após jun.2010	Recebíveis + Fundo Reserva	48			pré-fixado 8,5%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal, após jul.2010	Recebíveis + Fundo Reserva	48	TJLP	+	4,0%	
	Financiamento Funasa	jan-2020	mensal	Fiança Energisa S/A	67	Média INPC/IPCA	+	6,0%	
	Banco Itaú BBA- FINAME	jul-2015	mensal	Alienação fiduciária	48			4,5%	
	Banco HSBC - repasse FINAME	jul-2011	mensal	Alienação fiduciária	10	TJLP	+	5,0%	
Energisa MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	17	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	114	CDI	+	0,7%	
	Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	46	RGR	+	5,0%	
	Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	46	RGR	+	5,0%	
	Eletróbrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal, após jan.2010	Recebíveis	61	RGR	+	5,0%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	15	TJLP	+	4,7%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal, após fev.2010	-	40	TJLP	+	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal, após fev.2010	-	40	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual, após nov.2010	-	40	CDI	+	1,25%		
Energisa NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	17	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	114	CDI	+	0,7%	
	Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	46	RGR	+	5,0%	
	Banco Santander	dez-2011	final	-	24	CDI	+	1,8%	
	Banco Pine - repasse BNDES	ago-2012	mensal	Recebíveis + aval Energisa S/A	16	TJLP	+	4,8%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal, após jan.2010	-	38	TJLP	+	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal, após jan.2010	-	38	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	
Energisa BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	17	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	114	CDI	+	0,7%	

	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	42	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	19	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste-FNE	out-2010	mensal	-	6			pré-fixado 8,5%	
	Banco do Nordeste-RECIN	out-2010	mensal	-	6			pré-fixado 12,55%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal, após jun.2010	Recebíveis + Fundo Reserva	48			pré-fixado 7,5%	2
Energisa Soluções	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	7	CDI	+	1,01%	
	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	7	CDI	+	1,01%	
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	mensal	-	6	CDI	+	1,05%	
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	Mensal	-	6	CDI	+	1,05%	
	BNDES- Financ. Invest.	jan-2025	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	97	TJLP	+	2,05%	1
	BNDES- Financ. Invest.	set-2019	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	65	-		4,5%	1
1 - Possui Swap.									
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.									

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2009	2008
US\$ x R\$	-25,5%	31,94%
TJLP	-4,0%	-
SELIC	-22,43%	3,1%
CDI	-20,03%	5%

Em 31 de dezembro de 2009 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

2.

	Controladora	Consolidado
2011	47.147	164.599
2012	47.147	149.848
2013	45.683	375.488
2014	38.362	92.067
2015	38.362	86.916
Após 2015	51.147	266.767
Subtotal	267.848	1.135.685
Contratos de Leasing (vide nota explicativa nº 28)	-	36
Total	267.848	1.135.721

Debêntures em 2009

Principais características das debêntures:

	Controladora		Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE	
	1ª Emissão	3ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/12/2006	01/04/2008	15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009
Data de vencimento	01/10/2011	01/04/2014	15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014
Garantia	Quirografária com garantia adicional(*)	Real	Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária
Rendimentos	CDI + 2% a.a	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	35.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Valor na data de emissão	350.000	150.000	60.000	80.000	73.248	60.000
Títulos em circulação	7.243	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Carência de Juros	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Amortizações/parcelas	3 anuais	5 semestrais	Final	Final	3 anuais	Final
Saldos em 31/12/2008	73.934	154.609	-	-	99.146	-
Circulante	24.713	5.260	-	-	1.252	-
Não circulante	49.221	149.349	-	-	97.894	-
Saldos em 31/12/2009 (2)	45.327	152.843	59.867	79.861	73.768	59.867
Circulante	45.327	3.441	237	355	926	237
Não circulante	-	149.402	59.630	79.506	72.842	59.630

(*) Ações do capital social das controladas Energisa PB e Energisa BO.

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (vide nota 29 - Instrumentos Financeiros).

(2) Deduzido de R\$1.426 na controladora e R\$3.116 no consolidado referentes a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2009 as exigências contratuais foram cumpridas.

A totalidade das debêntures de 1ª emissão foi resgatada antecipadamente em 18 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2012	59.761	59.761
2013	59.761	84.042
2014	29.880	252.926
2015	-	24.281
Total	149.402	421.010

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos empréstimos do BNDES e Eletrobrás são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2011, existiam os seguintes valores contratados e não liberados: R\$ 19 milhões da Eletrobrás e R\$ 2 milhões do BNDES.

10.2 - a) Resultados das operações da Companhia

Resultados das operações da Companhia em 2011

O aumento das vendas de energia e serviços nas diversas controladas da Energisa S/A condicionou um crescimento significativo da receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 3.546,6 milhões em 2011 (R\$ 979,8 milhões no 4T11), acréscimo de 12,5% (ou R\$ 395,3 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior. No 4T11, o aumento da receita operacional bruta foi de 14,8%, ou seja, de R\$ 126,5 milhões.

As receitas advindas das operações de distribuição de energia nas diversas controladas foram equivalentes a 95,1% da receita operacional bruta consolidada da Companhia.

Em 2011, as despesas operacionais consolidadas na distribuição, geração e serviços atingiram R\$ 1.745,7 milhões, crescimento de 9,7% (ou R\$ 154,4 milhões) em relação a 2010. No 4T11, o aumento destas mesmas despesas foi de 8,3% (ou R\$ 36,6 milhões).

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição, geração e serviços aumentaram 12,9% (ou R\$ 49,2 milhões) em 2011, incluídos acordos trabalhistas celebrados nas empresas do Grupo Energisa que atuam no Sudeste, no montante de R\$ 6,3 milhões. No 4T11, o aumento das despesas controláveis foi de 8,2% (ou R\$ 10,1 milhões).

Com o novo padrão contábil implantado em 2009 (IFRS), as distribuidoras do Grupo Energisa passaram a reconhecer receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. Em 2011, os custos de construção totalizaram R\$ 265,1 milhões (R\$ 71,0 milhões no 4T11), contra R\$ 200,1 milhões em 2010 (R\$ 56,9 milhões no 4T10).

Em 2011, as despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$ 2.010,8 milhões, crescimento de 12,2% (ou R\$ 219,4 milhões) em relação a 2010. No 4T11, o aumento das despesas operacionais consolidadas foi menor, de 10,2% (ou R\$ 50,7 milhões).

Em 2011, a Energisa apresentou geração operacional consolidada de caixa (EBITDA consolidado) de R\$ 554,9 milhões, contra R\$ 508,1 milhões em 2010, ou seja, um aumento de 9,2% (ou R\$ 46,8 milhões). O EBITDA Ajustado Consolidado totalizou R\$ 591,0 milhões no período, contra R\$ 542,2 milhões em 2010, 9,0% (ou R\$ 48,8 milhões) maior. No 4T11, o EBITDA Ajustado Consolidado foi de R\$ 176,3 milhões (margem de 26,0%), contra R\$ 142,2 milhões no 4T10 (margem de 24,4%), um crescimento de 24,0% (ou R\$ 34,1 milhões).

Descrição (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T11	4T10	Var. em R\$ milhões	2011	2010	Var. em R\$ milhões
(=) EBIT	138,2	90,8	+ 47,4	423,4	363,9	+ 59,5
(+) Depreciação e amortização	29,2	42,3	- 13,1	131,5	144,2	- 12,7
(=) EBITDA	167,4	133,1	+ 34,3	554,9	508,1	+ 46,8
Margem EBITDA sem ajustes (%)	24,7	22,8	+ 1,9	22,9	23,6	- 0,7 p.p
(+) Receitas de acréscimos moratórios	8,9	9,1	- 0,2	36,1	34,1	+ 2,0
(=) EBITDA Ajustado consolidado	176,3	142,2	+ 34,1	591,0	542,2	+ 48,8
Margem EBITDA Ajustado consolidado (%)	26,0	24,4	+ 1,6	24,4	25,2	- 0,8 p.p

Resultados das operações da Companhia em 2010

Em linha com o crescimento das vendas de energia, a Companhia encerrou o exercício de 2010 com receita operacional bruta consolidada de R\$ 3.151,3 milhões, valor 10,3% (ou R\$ 295,1 milhões) superior ao totalizado no ano anterior. Importante ressaltar que, em face do novo padrão contábil IFRS, as distribuidoras do Grupo Energisa passaram a reconhecer receita decorrente da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços públicos de energia elétrica, cujos montantes em 2010 e 2009 foram R\$ 200,1 milhões e R\$ 215,8 milhões, respectivamente.

Em 2010, as despesas operacionais do Grupo Energisa totalizaram R\$ 1.791,4 milhões, crescimento de 12,0% (ou R\$ 192,1 milhões) em relação a 2009 (R\$ 1.599,3 milhões). A elevação decorre principalmente do aumento de R\$ 145,7 milhões nos custos não controláveis (compra de energia elétrica e transporte de potência). As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) aumentaram R\$ 67,3 milhões. Vale ressaltar que, em face do novo padrão contábil IFRS, as controladas passaram a reconhecer receita e custo decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços públicos de energia elétrica, atribuindo para essa atividade margem zero.

O resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) em 2010 foi de R\$ 363,9 milhões, contra R\$ 398,9 milhões em 2009. O EBITDA ajustado consolidado totalizou R\$ 552,8 milhões em 2010, com margem de 25,7%.

Descrição (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T10	4T09	Var. em R\$ milhões	2010	2009	Var. em R\$ milhões
(=) EBIT	53,1	100,2	- 47,1	363,9	398,9	- 35,0
(+) Depreciação e amortização	71,7	61,4	10,3	144,2	132,6	+ 11,6
(=) EBITDA consolidado	124,8	161,6	- 36,8	508,1	531,5	- 23,4
Margem EBITDA sem ajustes (%)	16,6	22,7	- 6,1 p.p	23,6	26,6	- 3,0 p.p
(+) Receitas de acréscimos moratórios	9,1	8,3	+ 0,8	34,1	38,5	- 4,4
(+) Provisão para déficit com fundo de pensão	3,8	2,9	+ 0,9	10,6	13,6	- 3,0
(+) Receita de reajuste tarifário extraordinário (RTE)	-	-	-	-	1,7	- 1,7
(=) EBITDA Ajustado consolidado	137,7	172,8	- 35,1	552,8	585,3	- 32,5
Margem EBITDA Ajustado consolidado (%)	19,3	24,5	- 5,2 p.p	25,7	29,3	- 3,6 p.p

Importante destacar os principais efeitos no EBITDA consolidado decorrentes da adoção do novo padrão contábil IFRS:

Efeitos no EBITDA Consolidado (Valores em R\$ milhões)	2010	2009
• Ativos e passivos regulatórios	- 2,9	+ 49,0
• Participação dos empregados e administradores nos lucros (reclassificada para despesa de pessoal)	- 17,1	- 14,1
• Outras receitas e despesas (reclassificadas para resultado operacional)	+ 1,0	+ 1,6

Desconsiderando esses efeitos, o EBITDA Ajustado consolidado em 2010 teria apresentado evolução de 4,2% (R\$ 23,0 milhões, passando de R\$ 548,8 milhões, em 2009, para R\$ 571,8 milhões, em 2010) em relação a 2009.

Resultados das operações da Companhia em 2009

Em linha com o crescimento das vendas totais de energia, a Energisa encerrou o exercício de 2009 com receita operacional bruta de R\$2.640,4 milhões, valor 7,2% (R\$176,9 milhões) superior ao totalizado em 2008.

As despesas operacionais do Grupo Energisa apresentaram elevação de 8,8% (R\$108,8 milhões) totalizando R\$1.352,1 milhões, quando em 2008 somaram R\$1.243,3 milhões. Essa elevação decorre principalmente do aumento de 17,9% (R\$137,4 milhões) nos custos não controláveis (compra de energia elétrica e transporte de potência elétrica). As despesas controláveis, por sua vez, obtiveram redução de 13,3% (R\$46,1 milhões).

O resultado dos serviços de energia elétrica em 2009 foi de R\$403,7 milhões, valor 1,7% (ou R\$6,9 milhões) superior ao obtido em 2008. O EBITDA Ajustado somou R\$552,1 milhões com margem de 31,4%, montante 8,0% (ou R\$48,1 milhões) inferior ao apurado no exercício anterior. Essa variação do EBITDA Ajustado é decorrência dos efeitos do segundo ciclo de revisões tarifárias, concluído em 2009.

Descrição (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T09	4T08	Var. em R\$ milhões	2009	2008	Var. em R\$ milhões
(=) Resultado dos serviços consolidados	105,0	48,1	+ 56,9	403,7	396,8	+ 6,9
(+) Depreciação e amortização	23,4	24,0	- 0,6	94,6	89,5	+ 5,1
(=) EBITDA consolidado	128,4	72,1	+ 56,3	498,3	486,3	+ 12,0
Margem EBITDA sem ajustes (%)	27,6	16,2	+ 11,4 p.p	28,4	29,6	- 1,2 p.p
(+) Receitas de acréscimos moratórios	8,3	7,7	+ 0,6	38,5	31,4	+ 7,1
(+) Provisão para déficit com fundo de pensão	2,9	4,6	- 1,7	13,6	15,4	- 1,8
(+) Receita de reajuste tarifário extraordinário (RTE)	-	2,3	- 2,3	1,7	8,9	- 7,2
(+) Acordo trabalhista	-	58,2	- 58,2	-	58,2	- 58,2
(=) EBITDA Ajustado consolidado	139,6	144,9	- 5,3	552,1	600,2	- 48,1
Margem EBITDA Ajustado consolidado (%)	30,0	32,5	- 2,5 p.p	31,4	36,6	- 5,2 p.p

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos são impactadas por correções decorrentes de metodologia da ANEEL, por meio de reajustes anuais e de revisões tarifárias a cada 4 ou 5 anos a depender da subsidiária. Já a receita da energia vendida para os consumidores livres, geralmente estão indexadas por variação de índices de preços, preponderantemente IPCA ou IGP-M.

O resultado das operações é afetado significativamente por mudanças nas tarifas reguladas de energia elétrica. A maior parte da receita é derivada da venda de energia elétrica para consumidores cativos com base em tarifas reguladas. Em 2011, as vendas para consumidores cativos representaram 85,4% da quantidade de energia vendida e 83,2% da receita operacional. Essas proporções podem ser alteradas à medida que os clientes optem por migrar da situação de consumidores cativos para consumidores livres.

As receitas operacionais e margens dependem substancialmente do processo de revisão das tarifas. A última revisão tarifária de cada subsidiária, bem como a subsequente está demonstrada na tabela abaixo.

Distribuidora	Última Revisão	Próxima Revisão	Periodicidade
EMG	Junho de 2008	Junho de 2012	4 anos
ENF	Junho de 2008	Junho de 2012	4 anos
ESE	Abril de 2008	Abril de 2013	5 anos
EBO	Fevereiro de 2009	Fevereiro de 2014	4 anos
EPB	Agosto de 2009	Agosto de 2014	4 anos

Os aumentos de tarifas das subsidiárias de distribuição se aplicam de maneira diferenciada para cada classe de consumidores, com aumentos diferenciados em função do mercado de referência utilizado em cada reajuste tarifário ou revisão tarifária periódica. Os reajustes anuais seguem a taxa de inflação brasileira nos itens controláveis ou margem operacional das companhias (Parcela B), havendo repasse integral dos itens não controláveis (Parcela A), que por sua vez possuem algum tipo de impacto inflacionário em suas correções anuais. Já as revisões tarifárias seguem metodologia própria a cada ciclo tarifário, onde são reavaliados dentre outros, os custos, a base de ativos, a qualidade dos serviços e taxas de retorno. A tabela a seguir apresenta o aumento médio em termos percentuais de cada reajuste ou revisão a partir de 2009.

	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB
2009					
Reposicionamento Econômico (1)	7,83%	7,24%	11,49%	6,05%	-14,73%
Componentes Financeiros (2)	5,02%	0,29%	5,53%	-5,37%	5,06%
Reposicionamento Total	12,85%	7,54%	17,02%	0,68%	-9,67%
Impacto Médio na Receita (3)	2,48%	2,50%	9,67%	1,99%	-11,47%
2010					
Reposicionamento Econômico (1)	4,99%	0,34%	3,75%	5,92%	7,46%
Componentes Financeiros (2)	7,54%	0,93%	2,82%	-15,18%	3,56%
Reposicionamento Total	12,53%	1,27%	6,57%	-9,26%	11,01%
Impacto Médio na Receita (3)	7,05%	0,65%	1,53%	-4,47%	3,93%
2011					
Reposicionamento Econômico (1)	6,40%	10,93%	8,34%	6,90%	6,92%
Componentes Financeiros (2)	3,71%	2,91%	6,12%	-8,88%	3,91%
Reposicionamento Total	10,11%	13,84%	14,47%	-1,98%	10,83%
Impacto Médio na Receita (3)	2,73%	12,85%	11,42%	14,61%	7,46%

(1) Essa parcela do ajuste reflete primariamente a taxa de inflação do período e é usada como base para os ajustes dos anos subsequentes.

(2) Essa parcela do ajuste reflete na liquidação de ativos e passivos registrados por competência, principalmente a CVA, e não é considerada no cálculo do ajuste do ano seguinte.

(3) Impacto médio percebido na receita em função do reajuste de tarifas.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda de energia elétrica, sendo que a inflação afeta os custos e as margens das empresas de energia elétrica. A conjuntura econômica brasileira caracteriza-se por significativas variações nos índices de crescimento econômico. Em 2009, o ritmo de crescimento da economia brasileira foi afetado em decorrência da crise internacional. Em 2010, houve um forte crescimento da economia e dos negócios da Energisa em função das medidas macroeconômicas adotadas pelo governo visando estimular a economia pós-crise financeira internacional de 2008/2009. Em 2011, continuaram os efeitos da crise financeira nos mercados desenvolvidos, notadamente EUA e Europa, com reflexos no crescimento da economia brasileira.

A tabela abaixo mostra a inflação, a mudança no produto interno bruto e a variação no valor do real face ao dólar para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

Descrição	2011	2010	2009
IGPM	5,1%	11,3%	-1,7%
IPCA	6,5%	5,9%	4,3%
Variação do PIB	2,7%	7,5%	-0,2%
Variação do Câmbio	12,6%	-4,3%	-25,5%

A inflação afeta os negócios das distribuidoras pelos impactos nas receitas, nos custos operacionais e despesas financeiras, uma vez que os encargos de dívidas são decorrentes de taxas de juros influenciadas pelas políticas monetárias. Aumento de custos setoriais e não controláveis são recuperados por meio do mecanismo de recuperação de custos da Parcela A, porém existe um lapso temporal entre o momento do custo incorrido e aquele no qual as tarifas reajustadas são recebidas, seguindo o reajuste tarifário anual. Os valores que são devidos com base na Parcela A são atrelados à variação da taxa SELIC até que sejam repassados às tarifas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenha sido contemplada tal perda.

A depreciação do real eleva o custo de serviço da dívida em moeda estrangeira e a marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial das dívidas da Companhia e suas subsidiárias.

Alguns fatores externos impactam significativamente os negócios, tais como:

- **Consumidores residenciais e comerciais:** estas classes sofrem grande influência das temperaturas e da distribuição de renda no país. Desta maneira, quando se registram temperaturas elevadas e ocorre aumento da renda per capita, as vendas crescem;
- **Consumidores industriais:** o consumo desta classe geralmente está em consonância com, entre outros fatores, a atividade econômica do país, tendo uma correlação com o Produto Interno Bruto. Em momentos de crise econômica, esta classe normalmente sofre os maiores impactos.

Variações no IPCA afetam os contratos de compra de energia e os principais fornecedores de serviços e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável à Companhia

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia anunciou, em 29 de dezembro de 2011, que adquiriu a totalidade do capital social da SPE Cristina Energia S/A, que opera uma Pequena Central Hidrelétrica localizada no município de Cristina, no Estado de Minas Gerais. A PCH Cristina tem potência instalada de 3,8 MW e energia assegurada de 2,04 MW médios. O investimento total da Energisa S/A na aquisição, incluindo passivos constituídos, será de aproximadamente R\$ 22,0 milhões.

O portfólio de projetos de geração de energia sustentável da Energisa S/A foi ampliado em 22 de dezembro de 2011 com a assinatura do contrato que visa a aquisição de 85% de duas usinas termelétricas movidas à biomassa de cana-de-açúcar pertencentes à Tonon Bionergia, localizadas em Bocaina (SP) e Maracajú (MS). Os dois empreendimentos já se encontram em operação.

Na transação, a Energisa S/A adquiriu também o direito de expandir essas duas unidades já existentes e construir e explorar comercialmente, em sua totalidade, outras duas termelétricas a serem implantadas nos mesmos locais.

As unidades que já estão em funcionamento têm capacidade instalada total de 60 MW. A expansão dos projetos existentes e a instalação das novas usinas deverão adicionar 110 MW ao parque gerador da Energisa S/A, quando concluídas. A operação comercial das expansões deve ser iniciada no primeiro semestre de 2014.

O investimento total da Energisa nesses projetos será de aproximadamente R\$ 490 milhões, sendo R\$ 140 milhões o valor da aquisição dos ativos e projetos. A conclusão dessa transação

está sujeita ao cumprimento de algumas condições precedentes usuais em negócios desta natureza.

a) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 9 Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda - as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o

resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 35 às demonstrações financeiras de 2011.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, Clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- c. Clientes, consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão, classificado como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais;

Embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infraestrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da "base regulatória" para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão, é o valor dos ativos em serviço registrados ao custo histórico.

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela a ANEEL quando da inclusão nas tarifas

elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.

- h. Investimentos - os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas quando aplicável;
- i. Combinação de negócios - a diferença entre valor pago a menor e o valor justo dos ativos e passivos na aquisição de controle acionário em controlada, não passíveis de alocação no acervo adquirido, são reconhecidos no resultado do exercício como compra vantajosa. (vide nota explicativa nº 17);
- j. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota nº 18).

- k. Arrendamento mercantil financeiro - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira.
- l. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000; Energisa NF pelo período remanescente de 18 anos, a partir de julho de 1997 e Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000, bem como dos projetos eólicos serão amortizados em 20 anos a partir da entrada em operação dos empreendimentos. (vide nota explicativa nº 19.2);
- m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;

- n. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011;

- o. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- p. Derivativos - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 35;
- q. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia e suas controladas optaram por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, quando as projeções financeiras indicam a probabilidade de lucros futuros sujeitos à tributação em montantes suficientes a realização dos ativos constituídos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- r. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas na região Nordeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As contingências estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- t. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos e passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento pré-fixada ou pós-fixada, nas datas das respectivas transações;
- u. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;
- v. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- w. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram

como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

- x. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

10.6 - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras

a) Grau de eficiência dos controles

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os relatórios e os pareceres dos auditores independentes com relação às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 não apontam quaisquer deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos utilizados pela Energisa para elaboração das suas demonstrações contábeis.

10.7 - a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 27 de janeiro de 2011 foram emitidos R\$ 333,1 milhões em emissão de Notas Perpétuas Híbridas pela Companhia.

As Notas Perpétuas com Opção de Diferimento de Juros ("Senior Perpetual Notes with Interest Deferral Option" ou Notas Perpétuas Híbridas), no montante de US\$ 200 milhões (R\$ 333 milhões) foram emitidas em 27 de janeiro de 2011 no mercado de capitais internacional e listadas no mercado da Bolsa de Luxemburgo. As Notas Perpétuas Híbridas têm rendimento de 9,5% ao ano, pagos trimestralmente, a partir de 27 de abril de 2011 e receberam classificação de risco Ba2 pela Moody's Investor Service e BB- pela Fitch Ratings. As Notas Perpétuas Híbridas não foram distribuídas no Brasil e os recursos captados com essa emissão serão destinados aos propósitos gerais da Companhia, com ênfase nos projetos de geração de energia.

b e c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço

Não aplicável

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

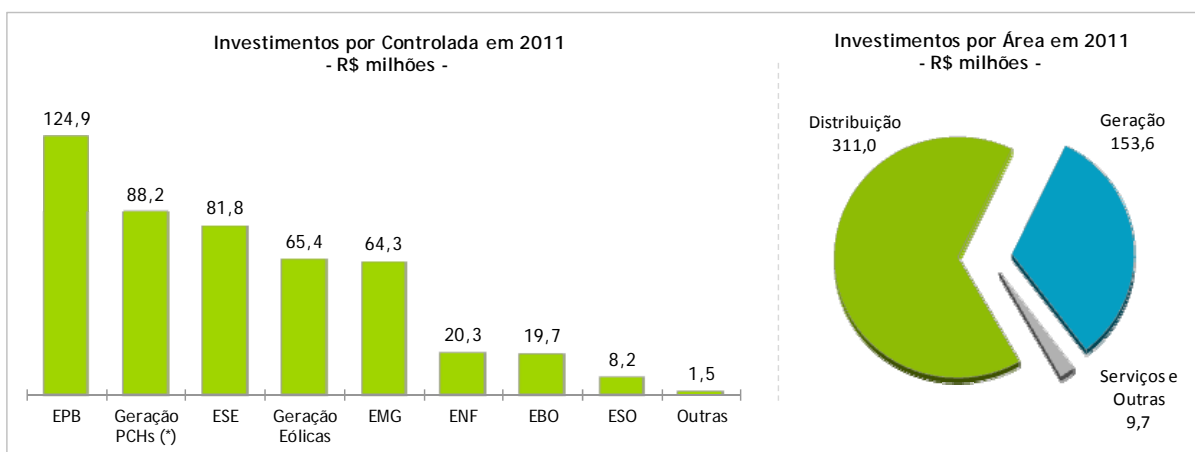
Não aplicável

10.10 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a) Investimentos

Os investimentos consolidados da Energisa S/A totalizaram R\$ 474,3 milhões em 2011, o que representa um crescimento de 29,8% em relação ao exercício anterior. O ano foi marcado por novos investimentos em projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, em linha com a política da Energisa de diversificar sua atuação em energia limpa e renovável. Cerca de R\$ 153,6 milhões - ou 32,4% do total - foram investidos em projetos de baixo impacto ambiental e voltados para a produção de energia sustentável.

Os investimentos por controlada estão detalhados nos gráficos a seguir. Os projetos de geração de energia serão apresentados ao longo desta seção.



(*) Energisa Rio Grande, SPE Cristina e PCH Zetunin.

Os investimentos de 2011 foram financiados da seguinte maneira:

Geração Eólicas: enquadrado e em vias de contratação junto ao BNDES o financiamento de R\$ 418 milhões, representando 74% dos investimentos totais.

Geração PCHs: para as usinas do Rio Grande, os investimentos foram financiados pelo BNDES no total de R\$ 150 milhões, com liberação de R\$ 142 milhões até o presente momento.

Para a PCH Zé Tunin, o financiamento foi enquadrado e em fase de projeto/contratação. A Energisa espera financiar entre 70% e 75% dos investimentos junto ao BNDES.

Distribuidoras: os investimentos de 2011 foram contratados ou estão em fase final de contratação no montante de R\$ 126 milhões, concentrados em linhas de repasse do BNDES. Adicionalmente, foram contratados e liberados R\$ 26 milhões da Eletrobras.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 2011, a Energisa S/A finalizou a construção de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): a PCH Caju, que entrou em operação comercial em fevereiro, com potência instalada de 10 MW, e a PCH São Sebastião do Alto, com potência instalada de 13,2 MW, que iniciou operação em novembro. Ambos os empreendimentos, de baixo impacto ambiental, estão localizados na bacia do Rio Grande, no estado do Rio de Janeiro, e toda energia gerada já está contratada a longo prazo por consumidores livres.

Em 4 de fevereiro de 2012, a PCH Santo Antônio, localizada no município de Bom Jardim (RJ), entrou em operação comercial com duas turbinas que possuem capacidade conjunta para

produção de 8 MW de energia e geração anual de 42,0 GWh. Este é o último dos três projetos que estavam em construção na bacia do Rio Grande, associado às PCHs Caju (10 MW, em operação desde fevereiro de 2011) e São Sebastião do Alto (13,2 MW, em operação desde setembro de 2011). Juntas, as três usinas possuem 31,2 MW de capacidade instalada e produção anual de 157,4 GWh.

Além disso, em 10 de outubro de 2011, a Energisa S/A lançou a pedra fundamental para construção da PCH Zé Tunin, que estará localizada na bacia do Rio Pomba, no município de Guarani (MG), e demandará investimentos da ordem de R\$ 65 milhões. A potência instalada do empreendimento deverá equivaler a 8 MW, com duas unidades geradoras de 4 MW cada. A produção anual da usina totalizará 43,2 GWh por ano. A operação comercial da PCH Zé Tunin está prevista para ter início em fevereiro de 2013.

Por fim, a Companhia anunciou, em 29 de dezembro de 2011, que adquiriu a totalidade do capital social da SPE Cristina Energia S/A, que opera uma Pequena Central Hidrelétrica localizada no município de Cristina, no Estado de Minas Gerais. A PCH Cristina tem potência instalada de 3,8 MW e energia assegurada de 2,04 MW médios. O investimento total da Energisa S/A na aquisição, incluindo passivos constituídos, será de aproximadamente R\$ 22,0 milhões.

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável

10.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

Cataguases, 17 de abril de 2012.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração